

**UNISINOS**  
**IHU – INSTITUTO HUMANITAS**  
**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS**  
**São Leopoldo, 14/03/2019**

**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS : DESAFIOS**

**Profa. Rosa Angela Chieza**  
**Faculdade de Ciências Econômicas /UFRGS**

**IHU – INSTITUTO HUMANITAS**  
**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS**

**1- INTRODUÇÃO;**

**2-ESTADO: CF/1988,**

**3. ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: QUEM FINANCIA ? COMO ?**

**3.1 Estado e Tributação**

**3.2 O ESTADO E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS :**

**3.2.1 Estado e Gastos Públicos**

**4. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**IHU – INSTITUTO HUMANITAS**  
**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS**

**2-ESTADO e a CF/1988**

**Pilares do Estado Social:**

**Seguridade – Educação – Trabalho**

**BRASIL: UM ESTADO SOCIAL EM CONSTRUÇÃO.**

**IHU – INSTITUTO HUMANITAS**  
**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS**

**3. . ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS:**

**QUEM FINANCIA ?**

**COMO ?**

**3.1 Estado e Tributação**

# ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS

->TEMA TRIBUTAÇÃO -> MAIOR ESPAÇO NA AGENDA : PQ ?

- a) Divulgação dados IRPF + detalhados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB ): “Grandes Números das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas” DIRF - a partir do final de 2014
- b) Teoria de Tributação Predominante X  
revisão de seus postulados..

# PQ É IMPORTANTE tratar de TRIBUTAÇÃO?

1) Para um conjunto de países desenvolvidos selecionados, o coeficiente de GINI, \* declina 18 pontos percentuais (de 0,49 para 0,31) da ação da política fiscal -> tributação (progressiva) e gasto (benefícios de aposentadorias, etc) (FMI, 2017)

\* Indicador de DESENV ECONÔMICO: varia de zero a 1. Quanto +próximo de 1 + concentrada renda.

## PQ É IMPORTANTE tratar de TRIBUTAÇÃO?

Na América Latina o índice de GINI, **declina**, em media, apenas **9 pontos** percentuais ( de 0,51 p/0,42) Este discreto resultado é obtido preponderantemente gasto social, **dada a REGRESSIVIDADE** tributária da região. (CEPAL, 2015)

No Brasil: redução de **16 pontos** percentuais no Índice de GINI, políticas que resultam desta distribuição:

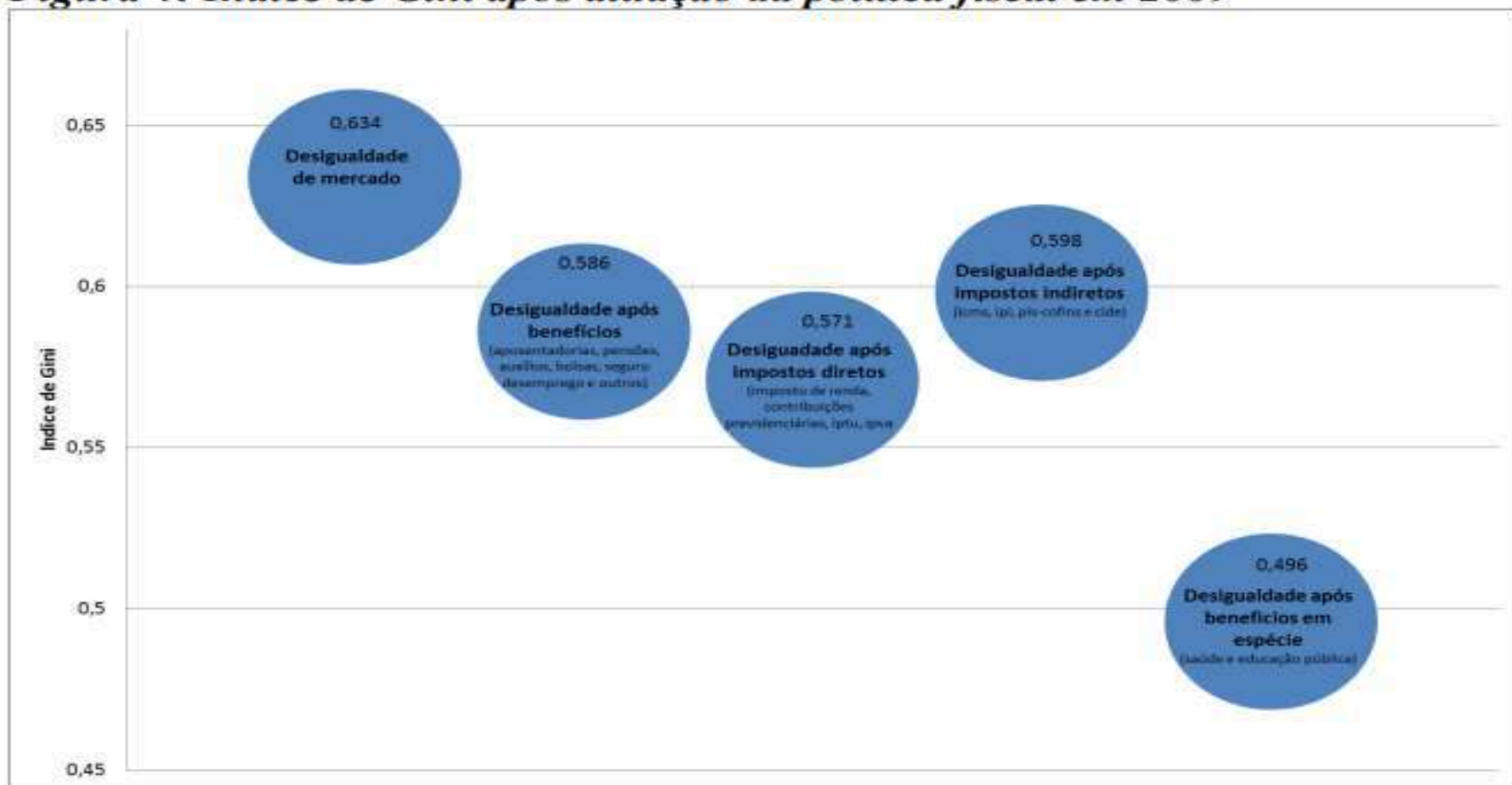
1º lugar: gasto c/ educação;

2º lugar, gasto c/sáude.

CONTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRETOS É QUASE NULA . (CEPAL, 2015) **Brasil: T REGRESSIVA X Gsocial PROGRESSIVO.**

# O impacto distributivo da TRIBUTAÇÃO E GASTO SOCIAL

*Figura 4: Índice de Gini após atuação da política fiscal em 2009*



Fonte: IBGE/POF. IPEA (2011) "Equidade Fiscal: impactos distributivos da tributação e dos gastos sociais" Comunicados do IPEA n.92. Elaboração própria.

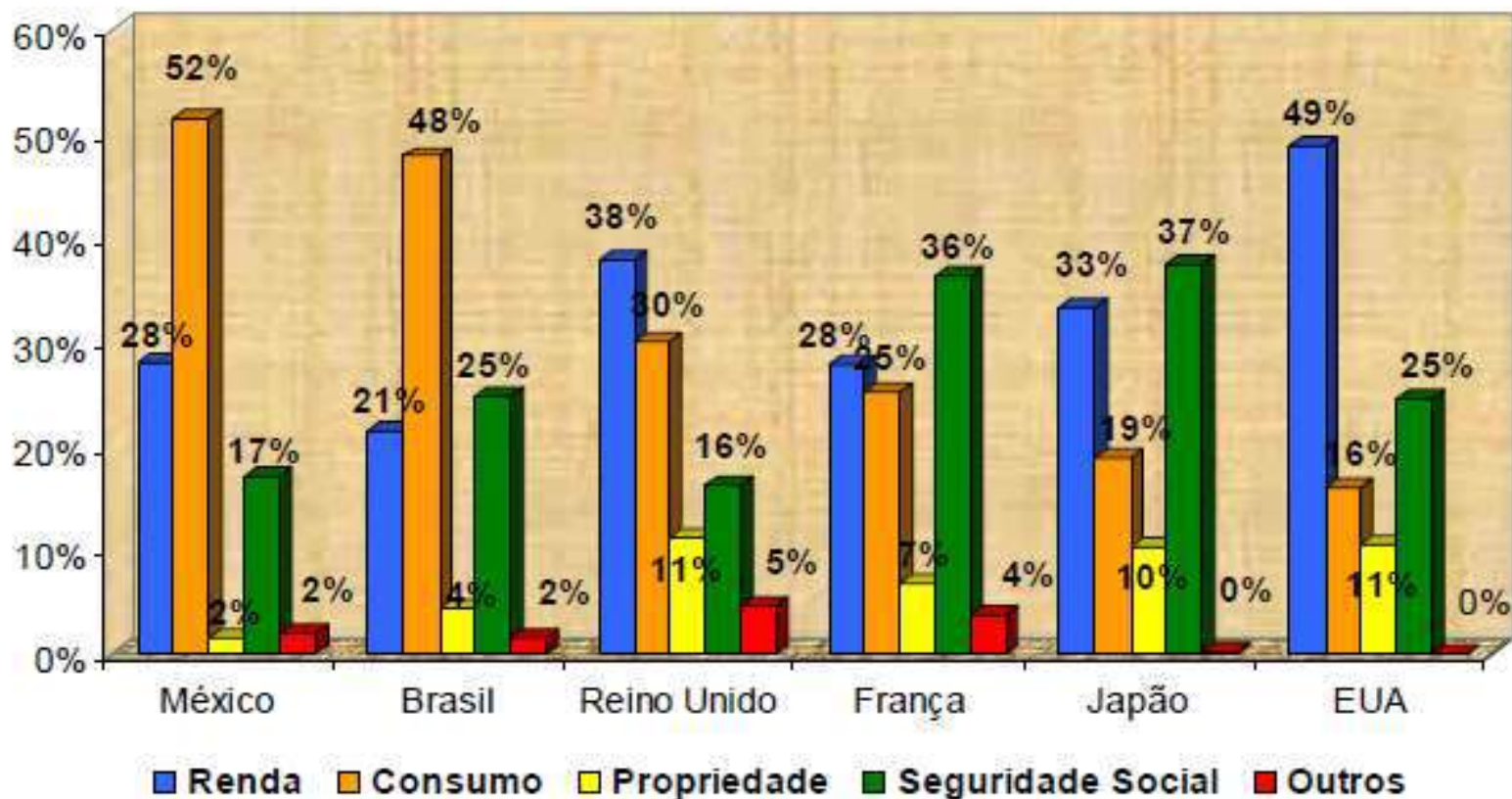


**IHU – INSTITUTO HUMANITAS**  
**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS**

**3. PQ NO BRASIL A TRIBUTAÇÃO NÃO REDUZ A  
DESIGUALDADE (INDICE DE GINI )**

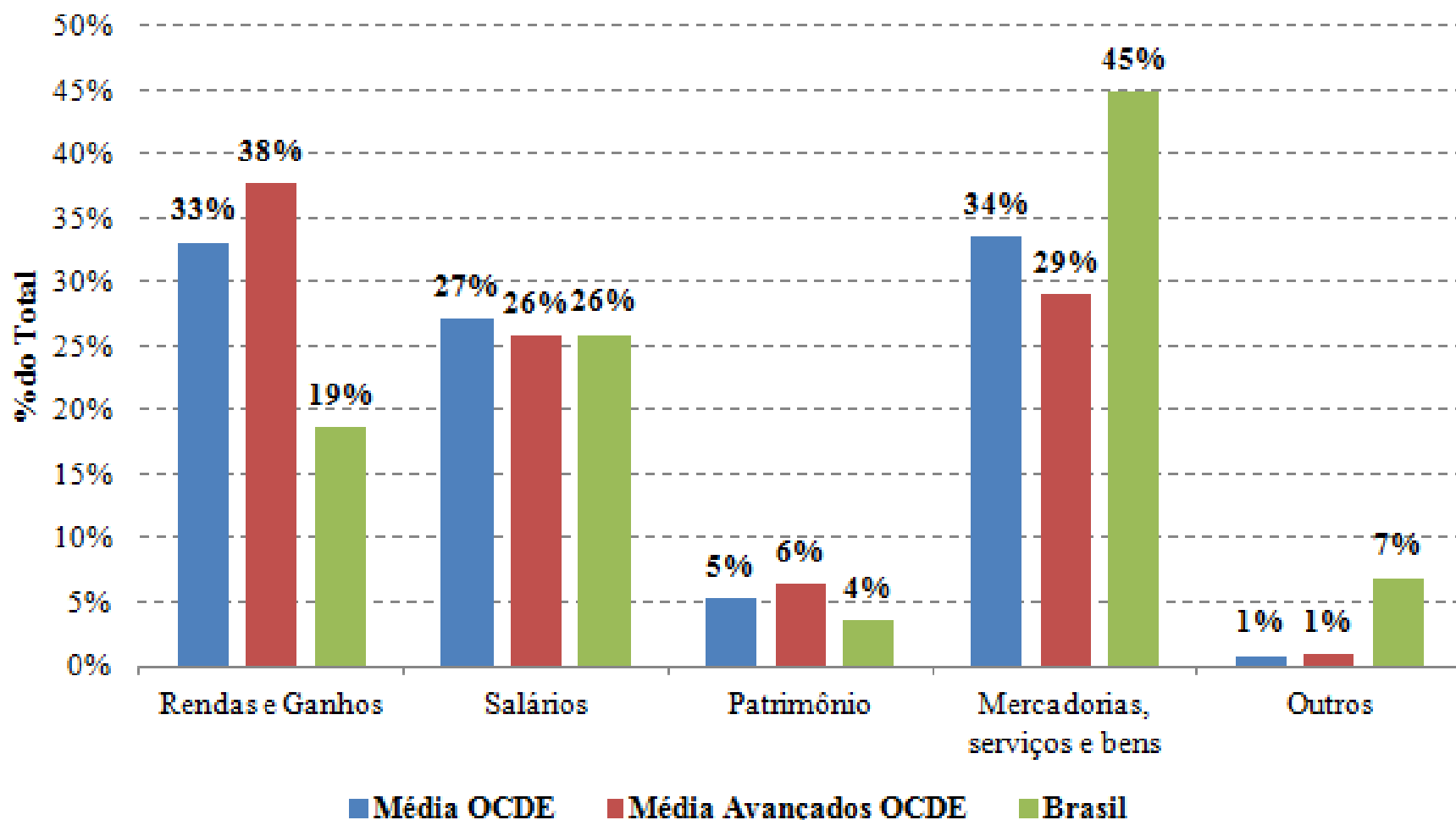
**COMO OCORRE NOS PAÍES DESENVOLVIDOS?**

Gráfico 01 – Arrecadação Tributária por Tipo de Tributo – Países Selecionados



Fonte: Copat e OCDE

**Gráfico 4 - Participação das Bases de Incidência no Total da Carga Tributária-2010**



Fonte: BID (2013)

**Tabela 1 - Série Histórica - Evolução da Participação das Bases de Incidência na Arrecadação Total no Brasil 2007 a 2016 – em %**

												% da Arrecadação Total
Cód.	Tipo de Base	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Repres. Gráfica
1000	Renda	19,30%	20,45%	19,63%	18,22%	19,09%	17,93%	18,16%	18,07%	18,30%	19,97%	
2000	Folha de Salários	24,55%	24,54%	26,61%	26,21%	25,85%	26,66%	25,99%	26,20%	26,11%	26,31%	
3000	Propriedade	3,54%	3,55%	3,89%	3,77%	3,73%	3,87%	3,90%	4,09%	4,44%	4,67%	
4000	Bens e Serviços	47,60%	49,52%	48,21%	49,62%	49,11%	49,61%	50,23%	50,00%	49,37%	47,39%	
5000	Trans. Financeiras	4,82%	2,03%	1,79%	2,10%	2,20%	1,96%	1,68%	1,62%	1,80%	1,66%	
9000	Outros Tributos	0,18%	-0,09%	-0,12%	0,08%	0,03%	-0,03%	0,03%	0,01%	-0,02%	0,01%	
0000	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

**Fonte: Receita Federal do Brasil (2017).**

# CARGA TRIBUTÁRIA

Carga Tributária é a medida do esforço da sociedade para o financiamento das políticas públicas.

$$\text{Carga Tributária Bruta} = \frac{\text{Arrecadação Tributária}}{\text{Produto Interno Bruto}}$$

Carga Tributária Bruta – 2017 - Brasil

$$CT = \frac{2.127,36 \text{ [R\$ bilhões]}}{6.178,83 \text{ [R\$ bilhões]}} =$$

32,43 %

# Carga Tributária - Distribuição

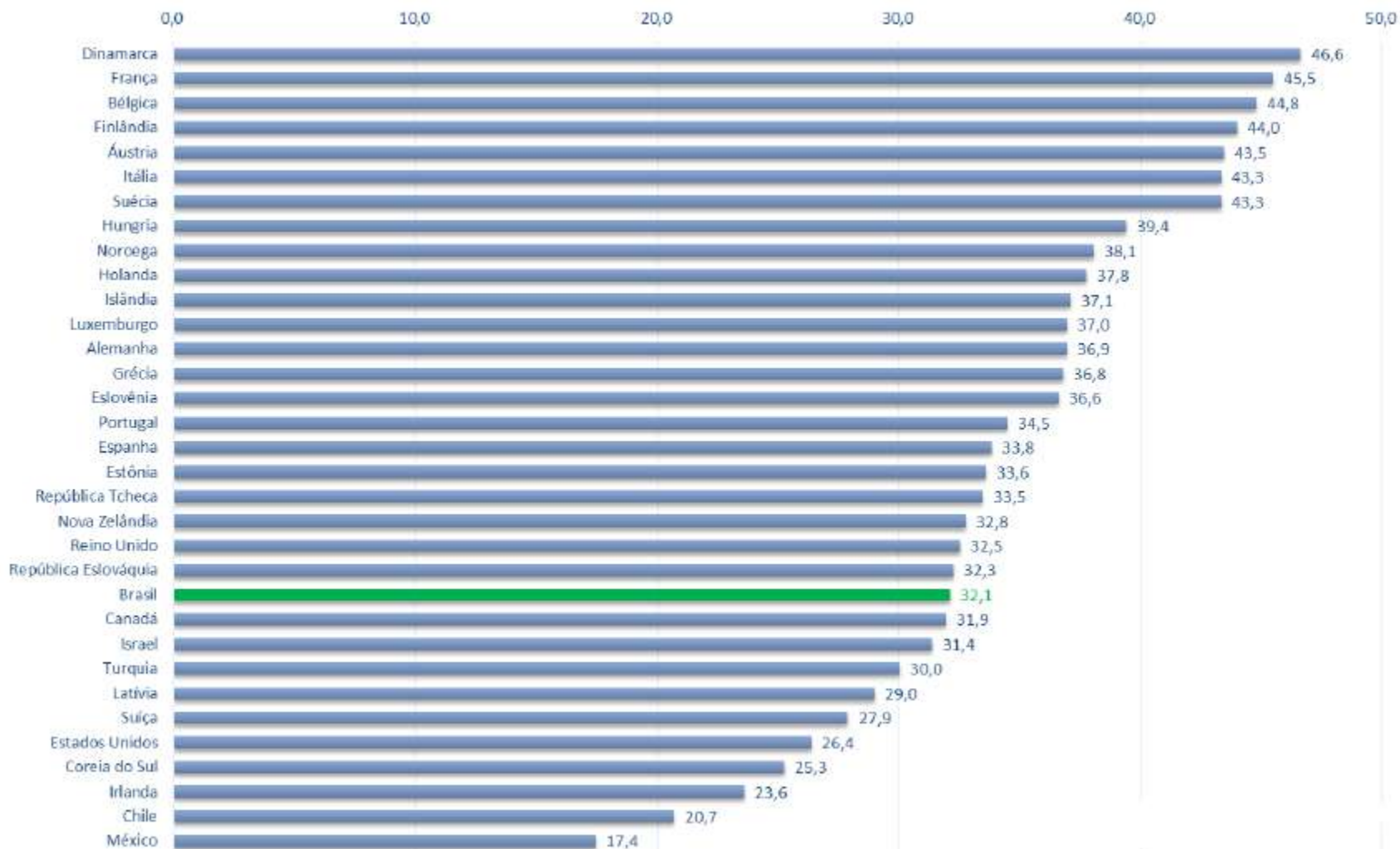
**Tabela 01: Brasil - Distribuição da Carga Tributária Bruta segundo faixa de salário mínimo**

Renda Mensal Familiar	Carga Tributária Bruta – 2004	Carga Tributária Bruta - 2008	Dias Destinados ao Pagamento de Tributos
até 2 SM	48,8	53,9	197
2 a 3	38,0	41,9	153
3 a 5	33,9	37,4	137
5 a 6	32,0	35,3	129
6 a 8	31,7	35,0	128
8 a 10	31,7	35,0	128
10 a 15	30,5	33,7	123
15 a 20	28,4	31,3	115
20 a 30	28,7	31,7	116
mais de 30 SM	26,3	29,0	106
CTB, segundo CFP/DIMAC	32,8	36,2	132

Fontes: Carga Tributária por faixas de renda, 2004: Zockun et alli (2007); Carga Tributária Bruta 2004 e 2008: CFP/DIMAC/IPEA; Carga Tributária por faixas de renda, 2008 e Dias Destinados ao Pagamento de Tributos, elaboração própria.

# TRIBUTAÇÃO: Brasil e a experiência internacional

Gráfico 1 - Carga Tributária no Brasil e nos Países da OCDE (2015)



Fonte: OCDE *apud* Receita Federal do Brasil(2017)

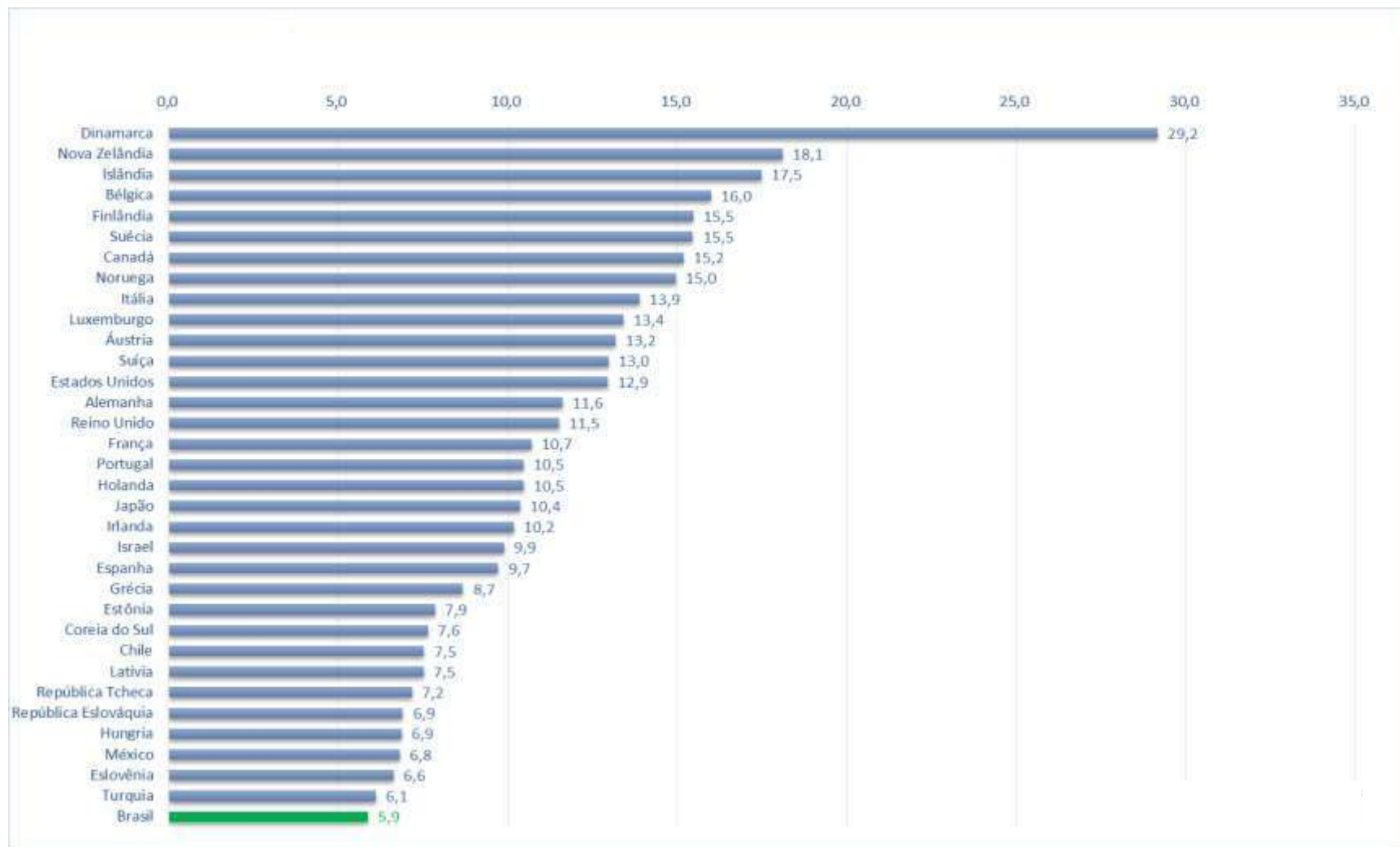
## **Mitos são assim:**

**Alguém cria, outros repetem e os demais acreditam e passam adiante. E quanto mais a narrativa é ouvida sem reflexão, mais o mito se torna incontestável e se torna verdade.**



# TRIBUTAÇÃO: Brasil e a experiência internacional

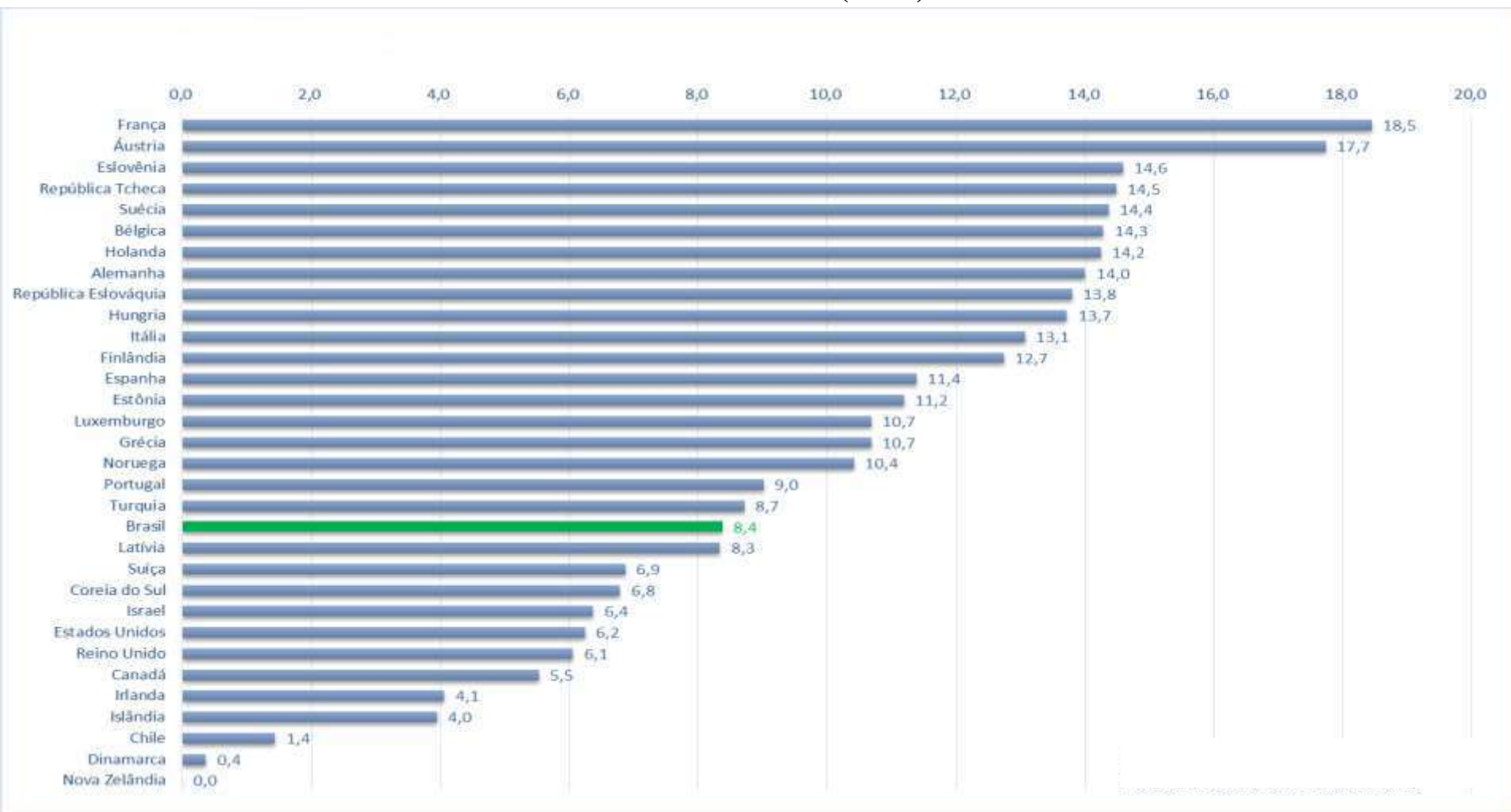
Gráfico 2 - Carga Tributária sobre Renda, Lucro e Ganhos de Capital – Brasil e Países da OCDE (2015)



Fonte: OCDE *apud* Receita Federal do Brasil (2017)

# TRIBUTAÇÃO: Brasil e a experiência internacional

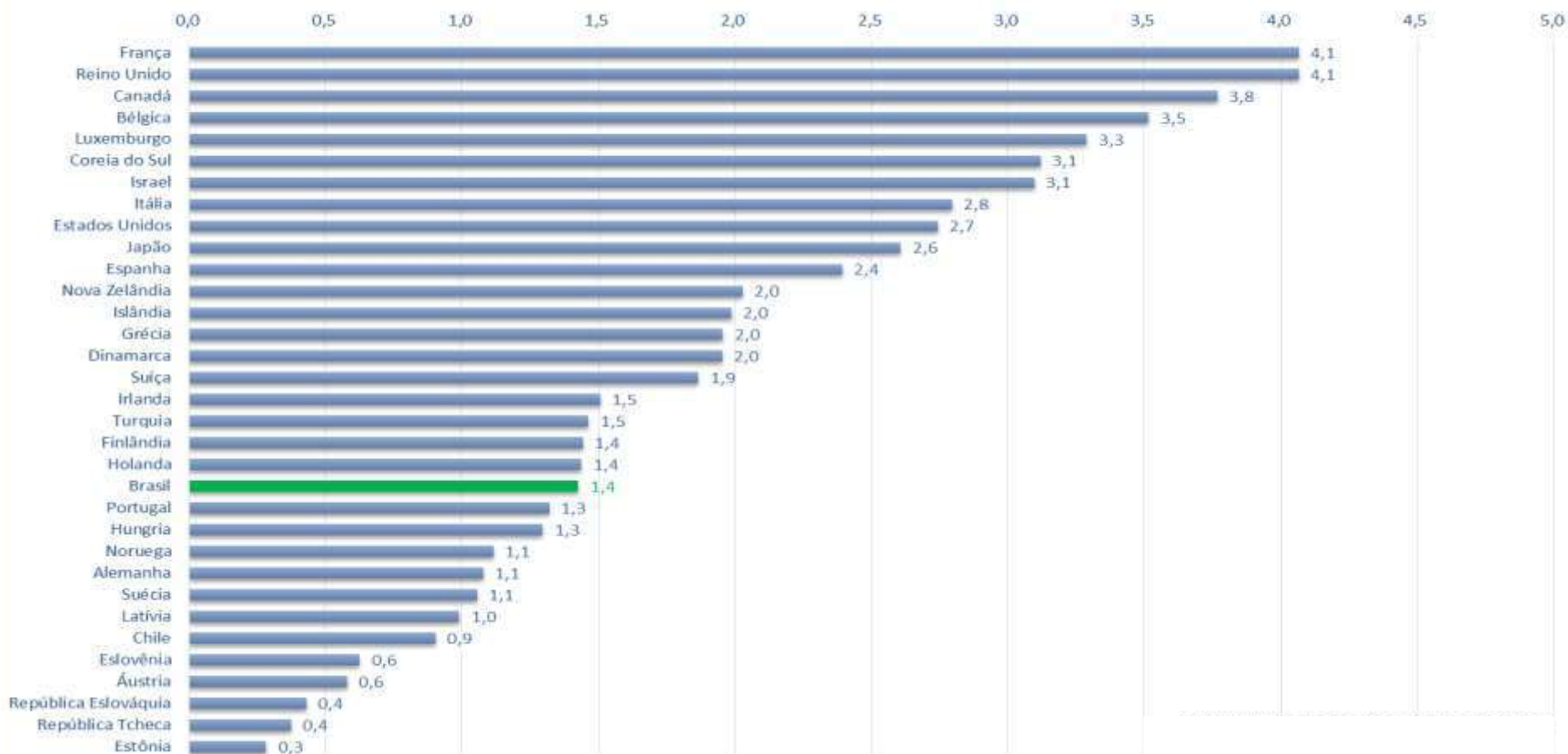
**Gráfico 3 – Carga Tributária sobre a Folha de Salários (Inclui Previdência) - Brasil e OCDE (2015)**



Fonte: OCDE *apud* Receita Federal do Brasil(2017)

# TRIBUTAÇÃO: Brasil e a experiência internacional

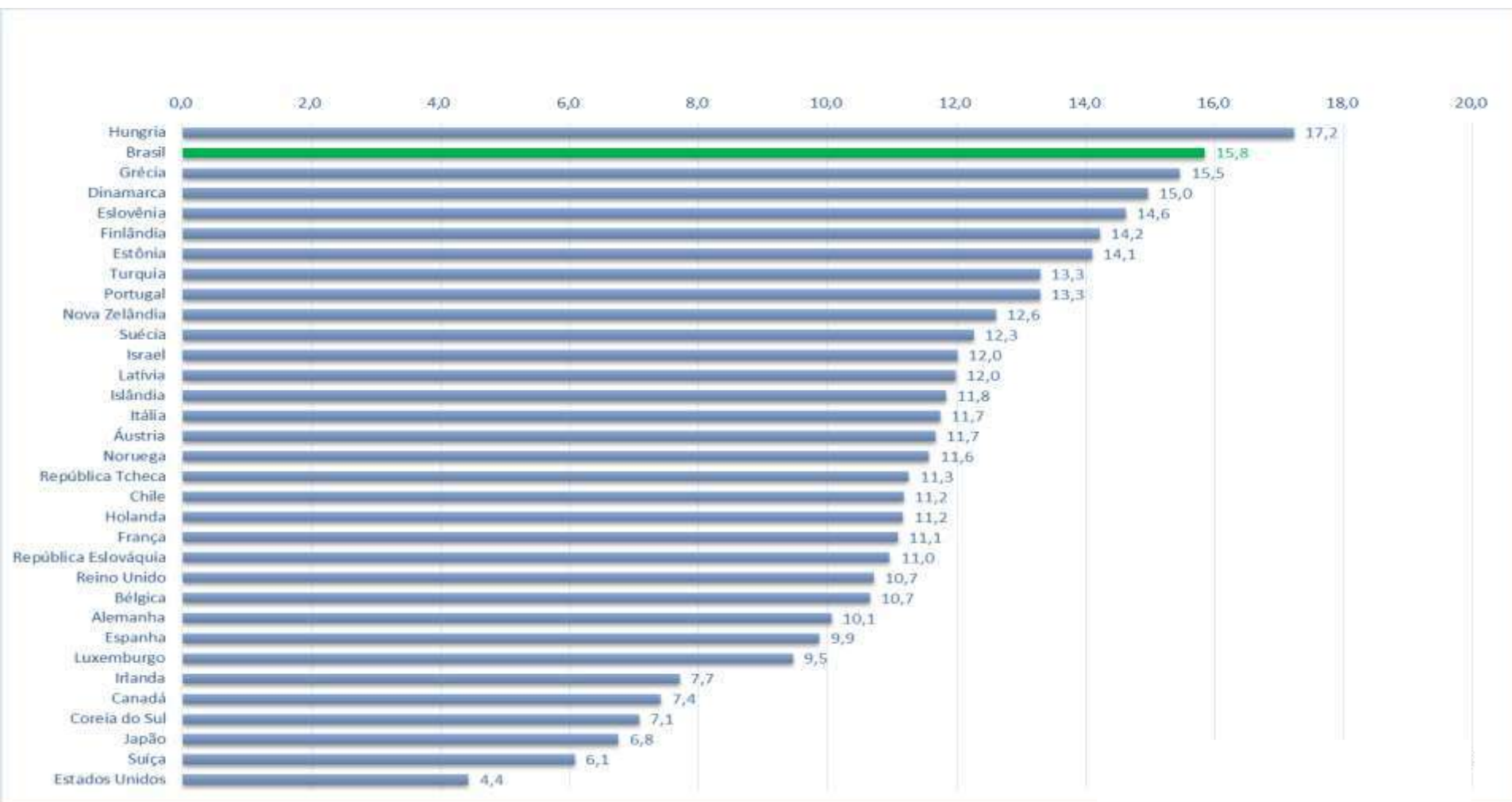
Gráfico 4 – Carga Tributária sobre Propriedade - Brasil e OCDE (2015)



Fonte: OCDE *apud* Receita Federal do Brasil (2017).

# TRIBUTAÇÃO: Brasil e a experiência internacional

Gráfico 5 – Carga Tributária sobre Bens e Serviços - Brasil e OCDE (2015)



Fonte: OCDE *apud* Receita Federal do Brasil (2017)

# ARRECADACÃO POR HABITANTE

1	Countries	PIB per capita	PIB	ANO	CTB	Arrecadação Per Capita	Em relação ao Brasil
1	Luxembourg	104.095,00	59.979,00	2016	37,8	39.347,91	13,75
2	Norway	70.553,00	370.557,00	2016	39,1	27.586,22	9,64
3	Denmark	53.254,00	306.143,00	2016	50,9	27.106,29	9,47
4	Iceland	59.629,00	20.047,00	2016	38,7	23.076,42	8,06
5	Sweden	51.125,00	511,00	2016	42,7	21.830,38	7,63
7	Ireland	64.782,00	30.443,00	2016	29,9	19.369,82	6,77
9	Austria	44.233,00	386.587,00	2016	43	19.020,19	6,64
11	France	38.178,00	2.466.472,00	2016	45,2	17.256,46	6,03
13	Germany	42.177,00	3.479.232,00	2016	36,1	15.225,90	5,32
15	Australia	52.291,00	1.261.645,00	2016	27,5	14.380,03	5,02
17	United Kingdom	39.899,39	2.629.188,00	2016	32,6	13.007,20	4,54
19	New Zealand	38.278,00	181.713,00	2016	32,4	12.402,07	4,33
21	Israel	37.192,00	317.748,00	2016	31,1	11.566,71	4,04
24	Cyprus	23.352,00	1.981,00	2016	36,3	8.476,78	2,96
25	Slovenia	21.668,00	44.727,00	2016	36,6	7.930,49	2,77
27	United Arab Emirates	37.622,00	348.743,00	2016	19	7.148,18	2,50
29	Portugal	19.821,00	204.649,00	2016	34,4	6.818,42	2,38
31	Czech Republic	18.508,00	195.328,00	2016	33,5	6.200,18	2,17
33	Hong Kong	43.561,00	320.912,00	2016	13	5.662,93	1,98
35	Slovakia	16.499,00	89.525,00	2016	29,5	4.867,21	1,70
37	Croatia	12.165,00	50.731,00	2016	36,4	4.428,06	1,55
39	Lithuania	14.893,00	42.756,00	2016	29,3	4.363,65	1,52
41	Uruguay	15.221,00	5.242,00	2016	26,9	4.094,45	1,43
43	Latvia	14.063,00	27.689,00	2016	27,8	3.909,51	1,37
47	Russia	8.946,00	1.283.162,00	2016	35,3	3.157,94	1,10
48	Turkey	10.817,00	86.339,00	2016	28,7	3.104,48	1,08
49	Cuba	7.602,00	87.133,00	2015	38,3	2.911,57	1,02
<b>50</b>	<b>Brazil</b>	<b>8.727,00</b>	<b>1.798.622,00</b>	<b>2016</b>	<b>32,8</b>	<b>2.862,46</b>	<b>1,00</b>
51	Taiwan	22.358,00	525.236,00	2015	12,4	2.772,39	0,97
52	Costa Rica	11.836,00	58.109,00	2016	23,1	2.734,12	0,96
53	Chile	13.793,00	247.025,00	2016	19,8	2.731,01	0,95
54	Montenegro	6.705,00	4.173,00	2016	39,1	2.621,66	0,92
55	Romania	9.493,00	187.593,00	2016	27,4	2.601,08	0,91

**Tabela 16 – Carga Tributária Bruta para países selecionados no período 2008 a 2012.**

	<i>% PIB</i>				
	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Alemanha</b>	36,5	37,4	36,2	36,9	37,6
<b>Austrália</b>	27,1	25,8	25,6	26,5	n.d.
<b>Bélgica</b>	44,0	43,1	43,5	44,1	45,3
<b>Canadá</b>	31,6	31,4	30,6	30,4	30,7
<b>Coréia</b>	26,5	25,5	25,1	25,9	26,8
<b>Dinamarca</b>	47,8	47,8	47,4	47,7	48,0
<b>Estados Unidos</b>	25,4	23,3	23,8	24,0	24,3
<b>Espanha</b>	33,1	30,9	32,5	32,2	32,9
<b>Finlândia</b>	42,9	42,8	42,5	43,7	44,1
<b>França</b>	43,5	42,5	42,9	44,1	45,3
<b>Holanda</b>	39,2	38,2	38,9	38,6	n.d.
<b>Itália</b>	43,0	43,4	43,0	43,0	44,4
<b>Japão</b>	28,5	27,0	27,6	28,6	n.d.
<b>Noruega</b>	42,1	42,0	42,6	42,5	42,2
<b>Nova Zelândia</b>	33,6	31,1	31,1	31,5	32,9
<b>Polônia</b>	34,2	31,7	31,7	32,3	n.d.
<b>Portugal</b>	32,5	30,7	31,2	33,0	32,5
<b>Suécia</b>	46,4	46,6	45,4	44,2	44,3
<b>Reino Unido</b>	35,8	34,2	34,9	35,7	35,2
<b>Turquia</b>	24,2	24,6	26,2	27,8	27,7
<b>Média OCDE (34)</b>	<b>34,5</b>	<b>33,6</b>	<b>33,8</b>	<b>34,1</b>	<b>34,6</b>
<b>Brasil</b>	<b>34,5</b>	<b>33,3</b>	<b>33,5</b>	<b>35,3</b>	<b>35,8</b>
<b>Rússia</b>	39,2	35,0	34,6	37,4	37,4
<b>Índia</b>	19,7	18,5	18,8	18,8	19,4
<b>China</b>	19,7	20,2	21,3	22,6	22,7
<b>África do Sul</b>	29,8	27,4	27,3	28,1	27,9

Obs.1: n.d. = não disponível

Obs.2: A média da OCDE é para os 34 integrantes e sem ponderação.

Fonte: OCDE, FMI e RFB / Elaboração Própria.

Fonte: CASTRO (2014)

**Tabela 17 – Carga Tributária Bruta para países da América Latina no período 2008 a 2012.**

	<i>% PIB</i>				
	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Argentina</b>	30,8	31,5	33,5	34,7	37,3
<b>Bolívia</b>	20,5	22,7	20,7	24,2	26,0
<b>Brasil</b>	<b>34,5</b>	<b>33,3</b>	<b>33,5</b>	<b>35,3</b>	<b>35,8</b>
<b>Chile</b>	21,4	17,2	19,5	21,2	20,8
<b>Colômbia</b>	18,8	18,6	18,0	18,8	19,6
<b>Costa Rica</b>	22,4	20,8	20,5	21,0	21,0
<b>El Salvador</b>	15,1	14,4	14,8	14,8	15,7
<b>Equador</b>	14,0	14,9	16,8	17,9	20,2
<b>Guatemala</b>	12,9	12,2	12,3	12,6	12,3
<b>Honduras</b>	18,9	17,1	17,3	16,9	17,5
<b>México</b>	20,9	17,4	18,9	19,7	19,6
<b>Nicarágua</b>	17,3	17,4	18,3	19,1	19,5
<b>Panamá</b>	16,9	17,4	18,1	18,1	18,5
<b>Paraguai</b>	14,6	16,1	16,5	17,0	17,6
<b>Peru</b>	18,2	16,3	17,4	17,8	18,1
<b>Rep. Dominicana</b>	15,0	13,1	12,8	12,9	13,5
<b>Uruguai</b>	26,1	27,1	27,0	27,3	26,3
<b>Venezuela</b>	14,1	14,3	11,4	12,9	13,7
<b>AL (18)</b>	<b>19,5</b>	<b>18,9</b>	<b>19,3</b>	<b>20,1</b>	<b>20,7</b>
<b>OCDE (34)</b>	<b>34,5</b>	<b>33,6</b>	<b>33,8</b>	<b>34,1</b>	<b>34,6</b>

Obs: As médias para OCDE e AL são médias aritméticas simples e sem ponderação.

Fonte: OCDE, FMI e RFB / Elaboração Própria.

Fonte: CASTRO (2014)

**Tabela 18 - Participação percentual de cada base de incidência na carga tributária total para países da AL (2012) e média OCDE (2011).**

	<i>% CT</i>				
	Trib. sobre Renda e Lucros	Seg. Social e Folha salarial	Trib. sobre Propriedade	Trib. Sobre Bens e Serviços	Outros Tributos
Argentina	17,3	22,2	9,0	50,4	1,0
Bolívia	15,6	5,9	7,4	65,5	5,6
<b>Brasil</b>	<b>17,8</b>	<b>26,5</b>	<b>3,9</b>	<b>49,7</b>	<b>2,1</b>
Chile	39,7	5,2	4,2	50,7	0,2
Colômbia	33,5	12,4	10,4	38,6	5,1
Costa Rica	18,7	29,7	1,7	44,6	0,9
El Salvador	19,5	27,9	0,0	51,9	0,7
Equador	31,8	10,8	0,5	56,9	0,0
Guatemala	27,8	12,5	1,2	56,8	1,8
Honduras	27,6	17,2	0,5	54,6	0,0
México	27,3	16,0	1,5	54,1	1,1
Nicarágua	27,7	22,9	0,0	49,4	0,0
Panamá	29,6	33,5	3,9	30,9	2,2
Paraguai	15,8	24,5	0,0	59,0	0,6
Peru	42,6	10,2	2,0	42,4	2,8
Rep. Dominicana	24,5	5,5	6,0	64,0	0,0
Uruguai	21,9	27,3	4,9	46,0	0,0
Venezuela	31,6	3,1	0,2	63,3	1,8
<b>AL (18)</b>	<b>26,4</b>	<b>17,7</b>	<b>3,3</b>	<b>51,3</b>	<b>1,4</b>
<b>OCDE (34)</b>	<b>33,5</b>	<b>27,3</b>	<b>5,4</b>	<b>32,9</b>	<b>0,9</b>

Obs: As médias para OCDE e AL são médias aritméticas simples e sem ponderação.

Fonte: OCDE e RFB / Elaboração Própria.

Fonte: CASTRO (2014)



**Tabela 19 – Estrutura do IRPF para países selecionados da OCDE (2012).**

	IRPF/PIB (%)	Rec. IRPF / Rec. Total (%)	Alíquotas Marginais (%)		Número de Alíquotas
			Mínima	Máxima	
<b>Alemanha #</b>	9,1	24,8	14	45	2
<b>Austrália #</b>	10,4	39,3	19	45	4
<b>Bélgica</b>	12,5	28,3	25	50	5
<b>Canadá*</b>	10,9	35,7	15	29	4
<b>Coréia</b>	3,8	14,8	6	38	5
<b>Dinamarca*</b>	24,2	50,7	5,83	20,83	2
<b>Estados Unidos</b>	8,9	37,1	10	39,6	7
<b>Espanha*</b>	7,2	22,4	12,75	30,5	7
<b>Finlândia* #</b>	12,8	29,3	6,5	31,75	5
<b>França #</b>	7,5	17,0	5,5	45	5
<b>Holanda</b>	8,3	21,4	5,85	52	4
<b>Itália</b>	11,5	26,8	23	43	5
<b>Japão</b>	5,3	18,4	5	40	6
<b>Noruega*</b>	10,1	23,2	13,75	25,75	3
<b>Nova Zelândia</b>	11,6	36,9	10,5	33	4
<b>Polônia</b>	4,5	13,8	18	32	2
<b>Portugal</b>	6,1	18,6	14,5	48	5
<b>Suécia* #</b>	12,2	27,7	20	25	2
<b>Reino Unido</b>	10,1	28,2	20	45	3
<b>Turquia</b>	3,8	13,5	15	35	4
<b>Brasil</b>	<b>2,7</b>	<b>7,6</b>	<b>7,5</b>	<b>27,5</b>	<b>4</b>
<b>Média OCDE(34)</b>	<b>8,5</b>	<b>24,1</b>	<b>+++</b>	<b>+++</b>	<b>+++</b>

(\*) Esses países informam à OCDE alíquotas do governo central, mas há tributação de IRPF por entes sub-nacionais.

(#) Países com limite de isenção. Alíquota mínima é a da 1ª faixa posterior à faixa de isenção

Obs: A média da OCDE é média aritmética simples sem ponderação.

Fonte: OCDE e RFB / Elaboração Própria.

**Fonte: CASTRO (2014)**

**Tabela 20 – Estrutura do IRPF para países da AL (2012).**

	IRPF/PIB (%)	Rec. IRPF / Rec. Total (%)	Alíquotas Marginais (%)		Número de Alíquotas
			Mínima	Máxima	
Argentina#	2,5	6,7	9	35	7
Bolívia#	n.d.	n.d.	13	13	1
<b>Brasil</b>	<b>2,7</b>	<b>7,6</b>	<b>7,5</b>	<b>27,5</b>	<b>4</b>
Chile	1,4	7,0	4	40	7
Colômbia	0,2	0,7	19	33	3
Costa Rica	1,4	6,4	10	15	2
El Salvador	2,9	18,7	10	30	3
Equador	n.d.	n.d.	5	35	8
Guatemala#	0,4	3,0	15	31	4
Honduras	1,6	9,1	15	25	3
México#	2,6	13,6	1,92	30	8
Nicarágua	n.d.	n.d.	10	30	5
Panamá	0,1	0,6	15	25	2
Paraguai	0	0,1	10	10	1
Peru#	1,9	10,4	15	30	3
Rep. Dominicana	0,3	1,8	15	25	3
Uruguai	3,0	11,3	10	25	5
Venezuela#	n.d.	n.d.	6	34	8
<b>AL (18)</b>	<b>1,3</b>	<b>6,4</b>	<b>+++</b>	<b>+++</b>	<b>+++</b>
<b>OECD (34)</b>	<b>8,5</b>	<b>24,1</b>	<b>+++</b>	<b>+++</b>	<b>+++</b>

# Países sem limite de isenção.

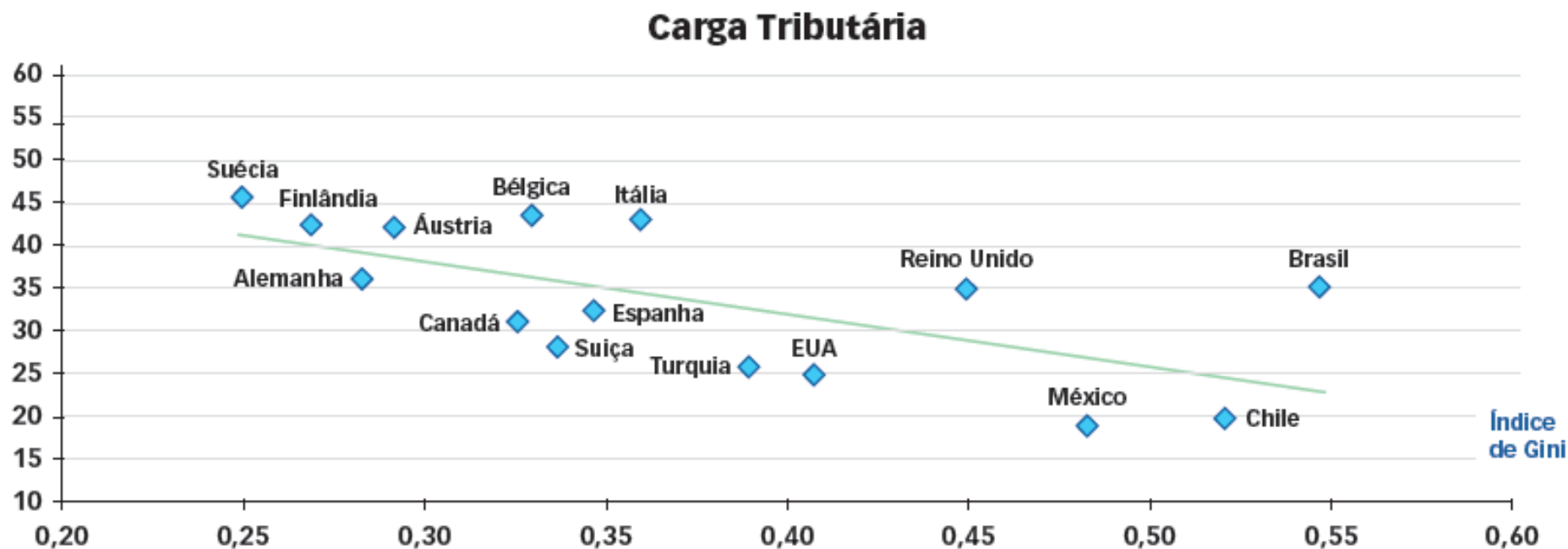
Obs: A média da AL e da OCDE é média aritmética simples sem ponderação.

Fonte: OCDE, CIAT e RFB / Elaboração Própria.

**Fonte: CASTRO (2014)**

## Gráfico 1

Relação entre carga tributária e concentração de renda (países selecionados 2010)

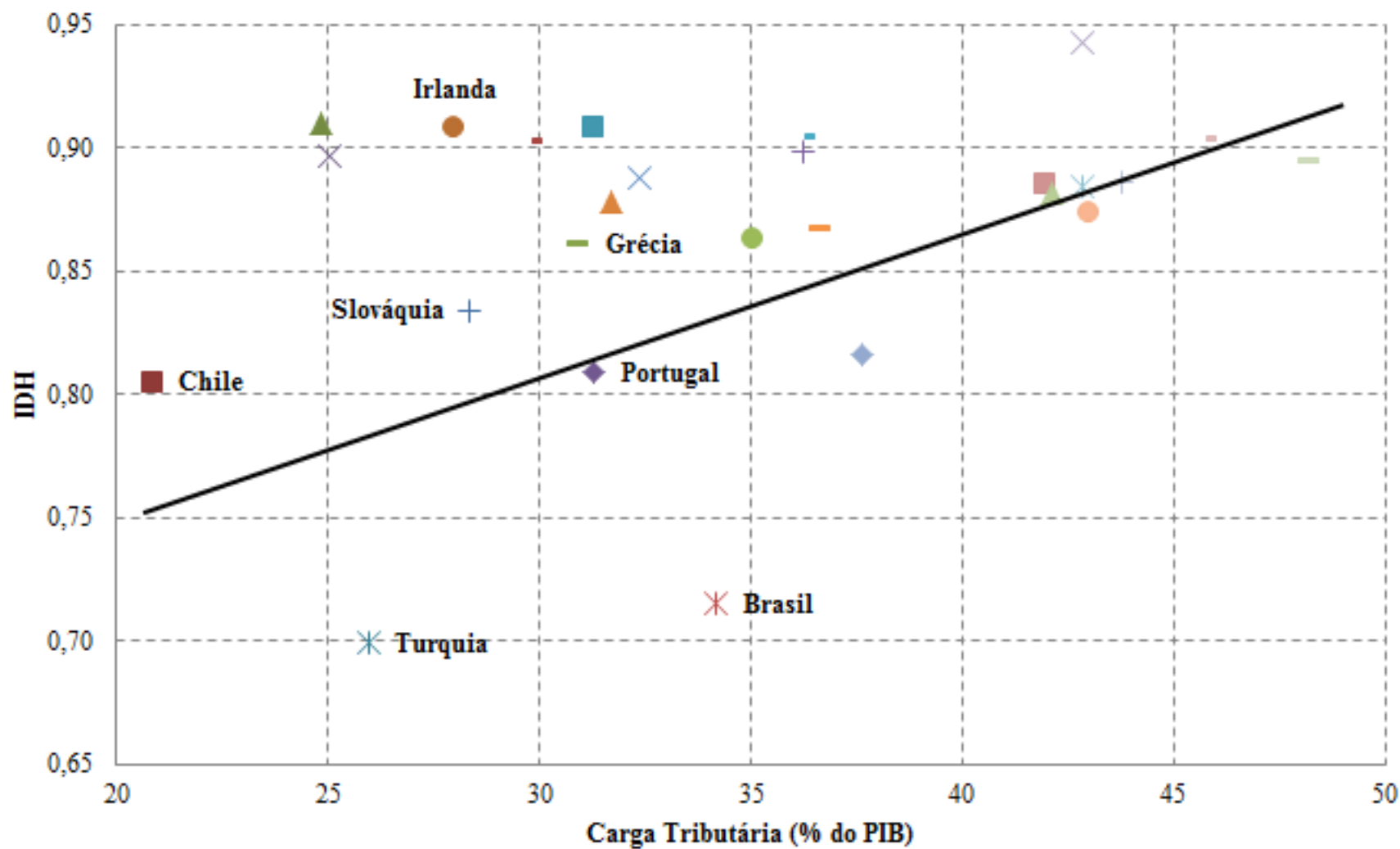


**Fonte:**

OCDE (<http://www.oecd.org/ctp/tax-policy/tax-database.htm>) e PNUD (Human Development Report 2013).

**Obs.:** os dados do Brasil são de 2011.

**Gráfico 3 - Carga Tributária x IDH: Países Seleccionados - 2010**



Fonte: BID (2013)

# **A REGRESSIVIDADE DO STB :**

## **O Imposto de Renda da Pessoa Física - IRPF**

### **3. DADOS ABERTOS DA DIRF 2015 ( RFB, 2017)**

**e a**

**explicitude**

**do aprofundamento**

**da Regressividade**

# Tabela mensal IRPF - Brasil a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015

Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IRPF (R\$)
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,8
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,8
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

**Fonte: Brasil. Receita Federal (2017)**

**Nota :**

**Quem teve que Declaração de IR, em 2016 (ano base 2015)?**

- i) Rendimentos tributáveis maiores do que R\$ 28.123,91 em 2015 com algumas Exceções: a) quem obteve de bens ou direitos, de valor superior a R\$ 300 mil.; b) “quem obteve, em qualquer mês de 2015, ganho de capital na alienação de bens ou direitos entre outros.**

## Reforma Tributária Solidária: crescimento econômico com justiça social

**Tabela – Categorias de Renda por faixas de Rendimento no Brasil – DIRF 2015**

Faixas de SM	Nº de declarantes	Renda Total Declarada R\$ milhões	Renda Trib. Bruta R\$ milhões	Renda Trib. Exclusiva na Fonte R\$ milhões	Renda Isenta e Não Tributável R\$ milhões	%
Até 1/2	1.301.366	414	254	46	113	27,29
1/2 a 1	573.674	4.920	4.487	92	341	6,93
1 a 2	1.227.268	17.678	14.525	599	2.553	14,44
2 a 3	3.278.035	82.049	73.567	2.159	6.323	7,71
3 a 5	7.403.868	275.360	228.922	16.832	29.606	10,75
5 a 7	4.339.708	242.191	192.783	16.498	32.910	13,59
7 a 10	3.352.450	263.501	202.073	18.801	42.627	16,18
10 a 15	2.536.352	291.585	211.127	21.922	58.535	20,07
15 a 20	1.180.520	192.296	130.938	15.647	45.710	23,77
20 a 30	1.086.611	249.066	157.914	21.739	69.414	27,87
30 a 40	489.421	158.830	92.454	14.777	51.599	32,49
40 a 60	389.811	177.605	89.905	18.318	69.382	39,07
60 a 80	142.916	92.687	37.610	10.550	44.527	48,04
80 a 160	141.451	143.756	40.987	18.427	84.343	58,67
160 a 240	32.329	59.124	11.540	8.269	39.315	66,50
240 a 320	13.753	35.847	6.063	5.447	24.337	67,89
Mais de 320	29.311	297.940	27.541	62.826	207.572	69,67
<b>Total</b>	<b>27.518.844</b>	<b>2.584.846</b>	<b>1.522.690</b>	<b>252.949</b>	<b>809.206</b>	<b>31,31</b>

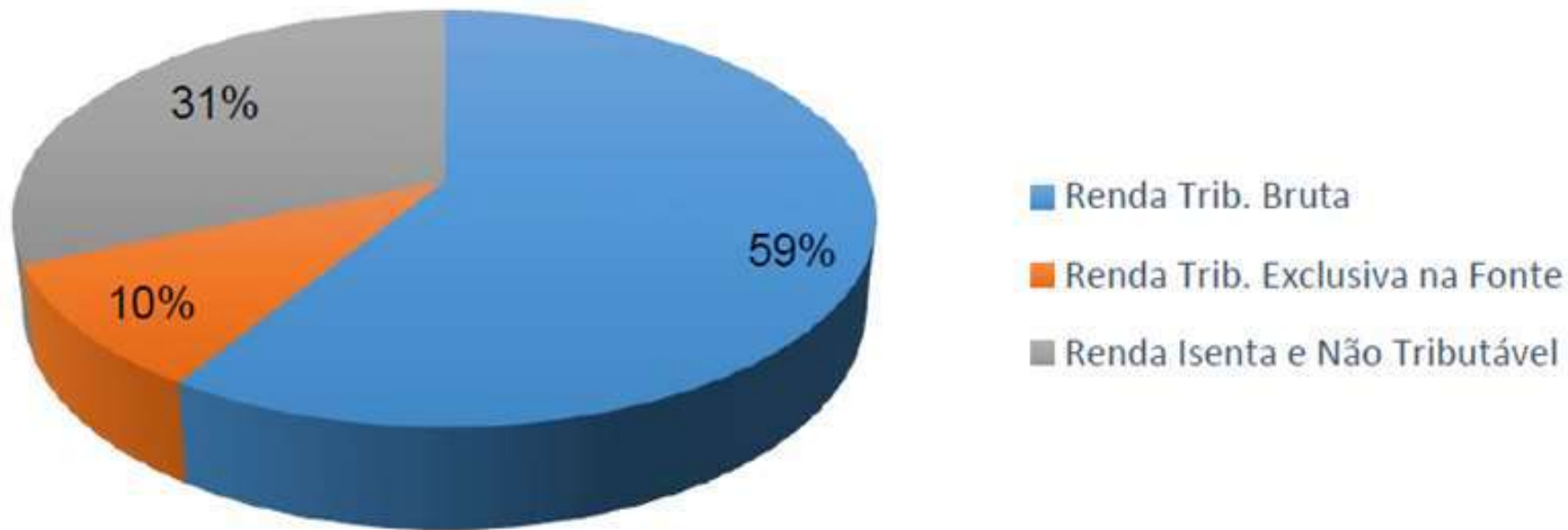
Fonte : Chieza, et al (2018) . Elaborado a partir de Receita Federal do Brasil ( 2017 )

\* 27,5 milhões de declarantes : 18,91% da população brasileira acima de 20 anos (IBGE, 2017).

\*\* 809 bilhões de RENDA ISNETA E NÃO TRIBUTÁVEL.

# DIRPF 2015 – (Brasil, 2017a)

Gráfico 4 - Rendimentos Totais Declarados - DIRPF 2015 (%)



Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2017a).



# DIRPF 2015 – (Brasil, 2017a)

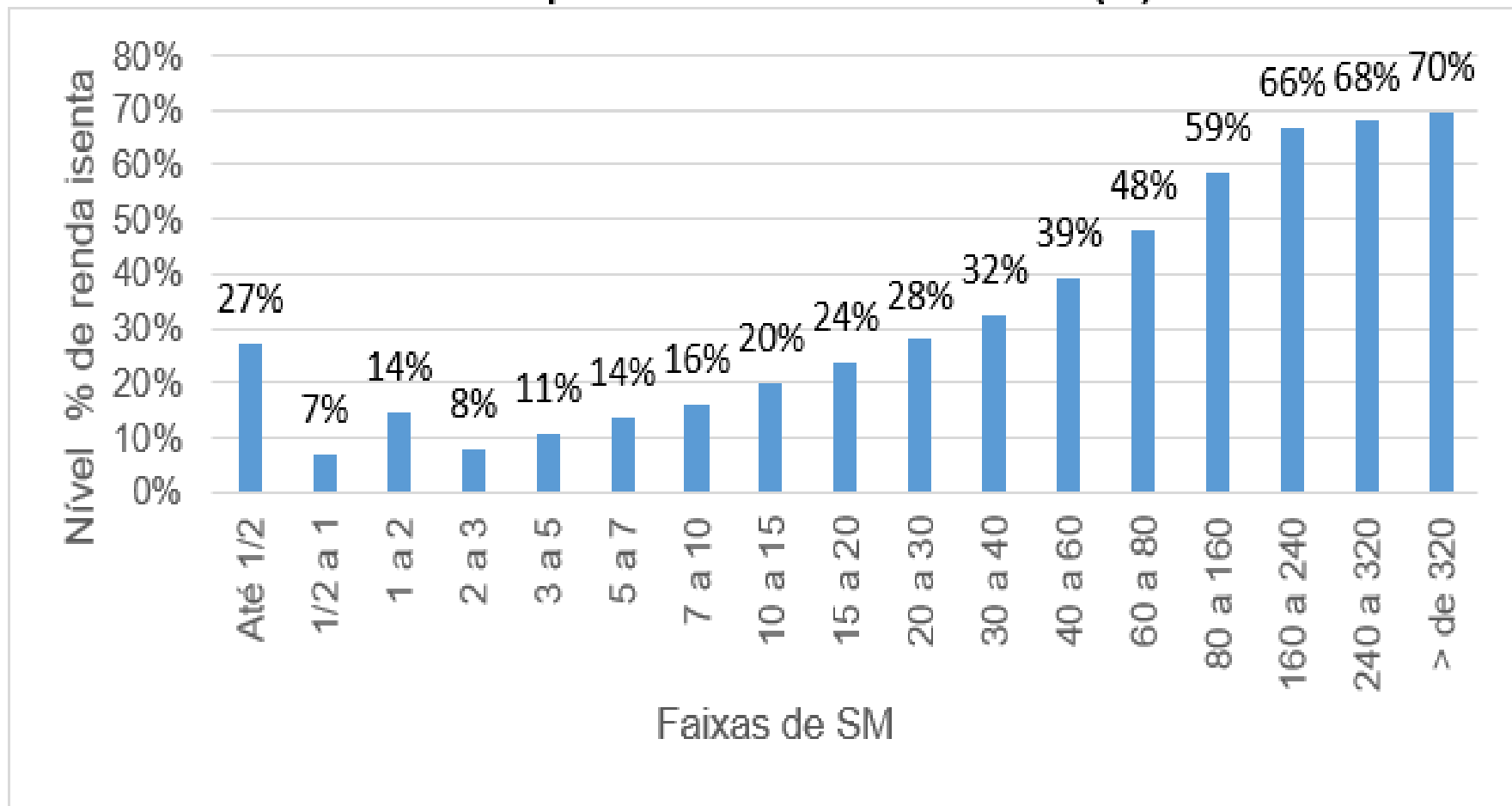
- R\$ 809 bilhões de rendimentos isentos e não tributáveis....

Gráfico 5 – Principais rendimentos isentos e não tributáveis - DIRPF 2015 (%)



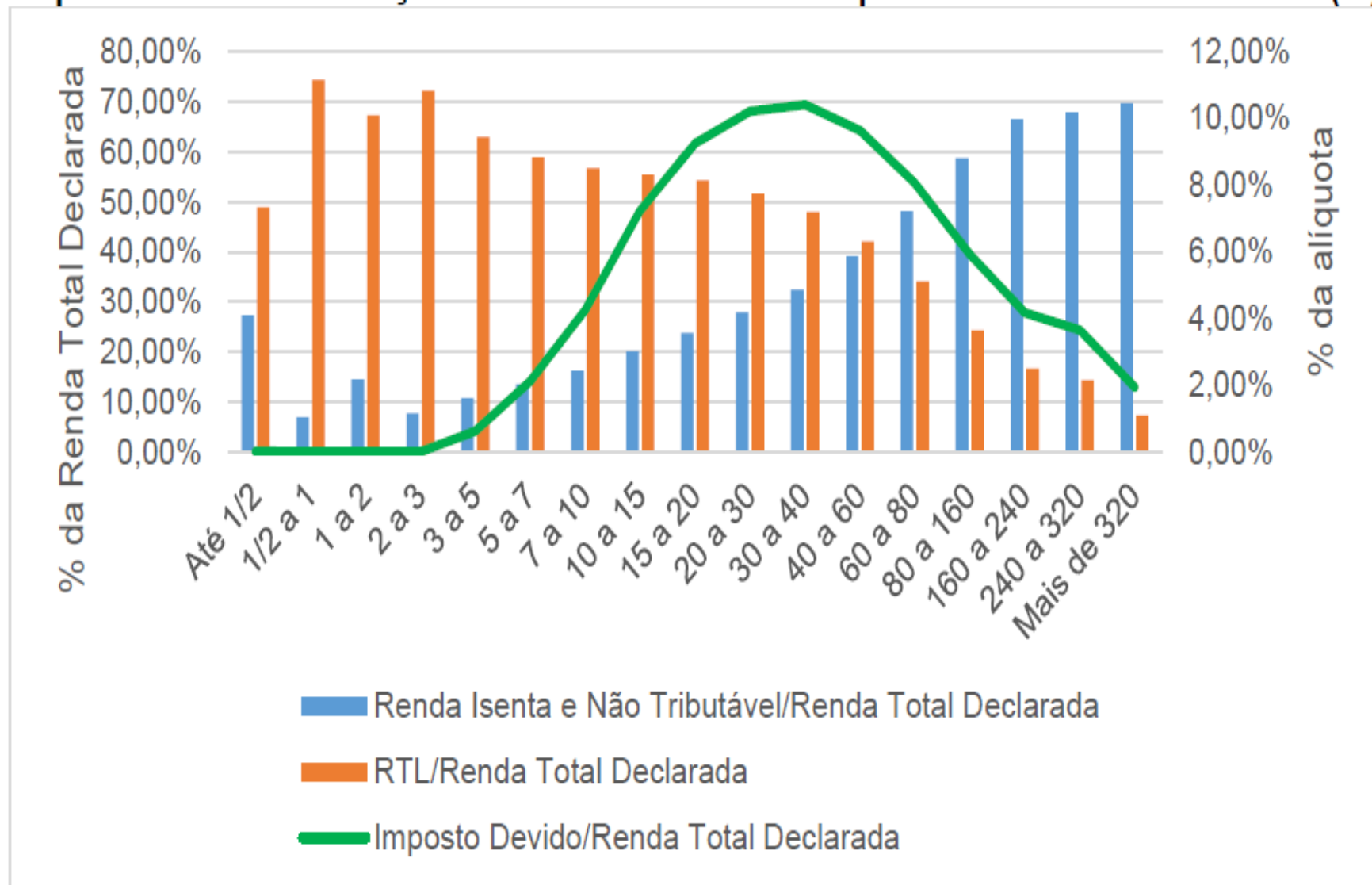
# A desigualdade de rendimentos e a regressividade do IRPF

**Gráfico 9 - Participação da Renda Isenta e Não Tributável em relação à Renda Total Declarada por faixa de SM - DIRPF 2015 (%)**



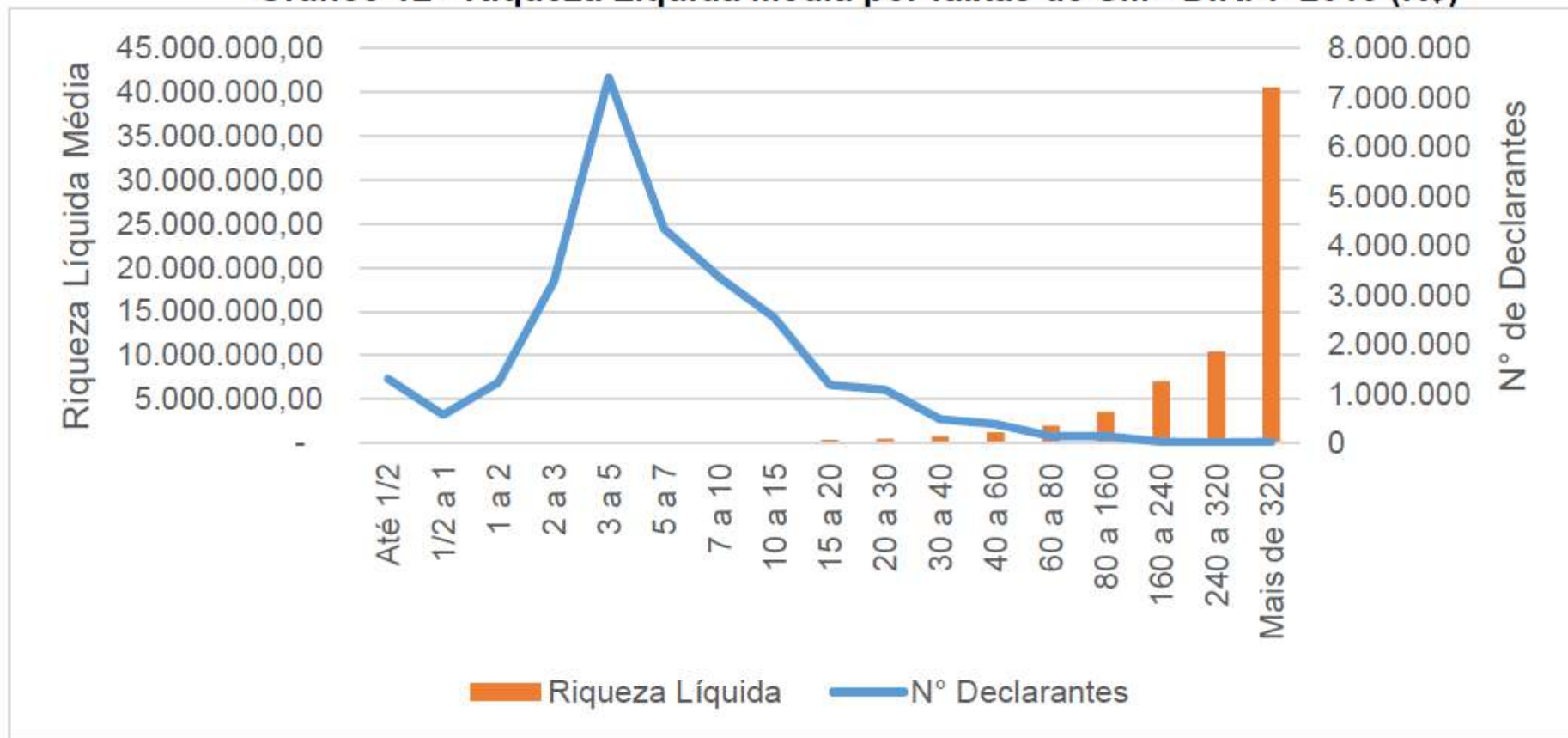
Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2017a).

**Gráfico 10 - Percentual da Renda Isenta e Não Tributável, Renda Tributável Líquida (RTL) e Imposto Devido em relação à Renda Total Declarada por faixa de SM - DIRPF 2015 (%)**



Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2017a).

Gráfico 12 - Riqueza Líquida Média por faixas de SM - DIRPF 2015 (R\$)



Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2017a).

- **Tributação sobre a propriedade: 4,67%**
- **Tributação sobre Bens e Serviços: 49,05%**  
**(Brasil, 2017)**

# IRPF Contraria os Princípios Constitucionais

Fere os princípios:

**PROGRESSIVIDADE**

**UNIVERSALIDADE** (tratar igualmente as diferentes rendas)

**GENERALIDADE** (tratar igualmente os diferentes contribuintes;  
contemplar todos igualmente à exposição ao fato gerador.)

**IRPF Fere –**

i) Teoria da Tributação EQUITATIVA;

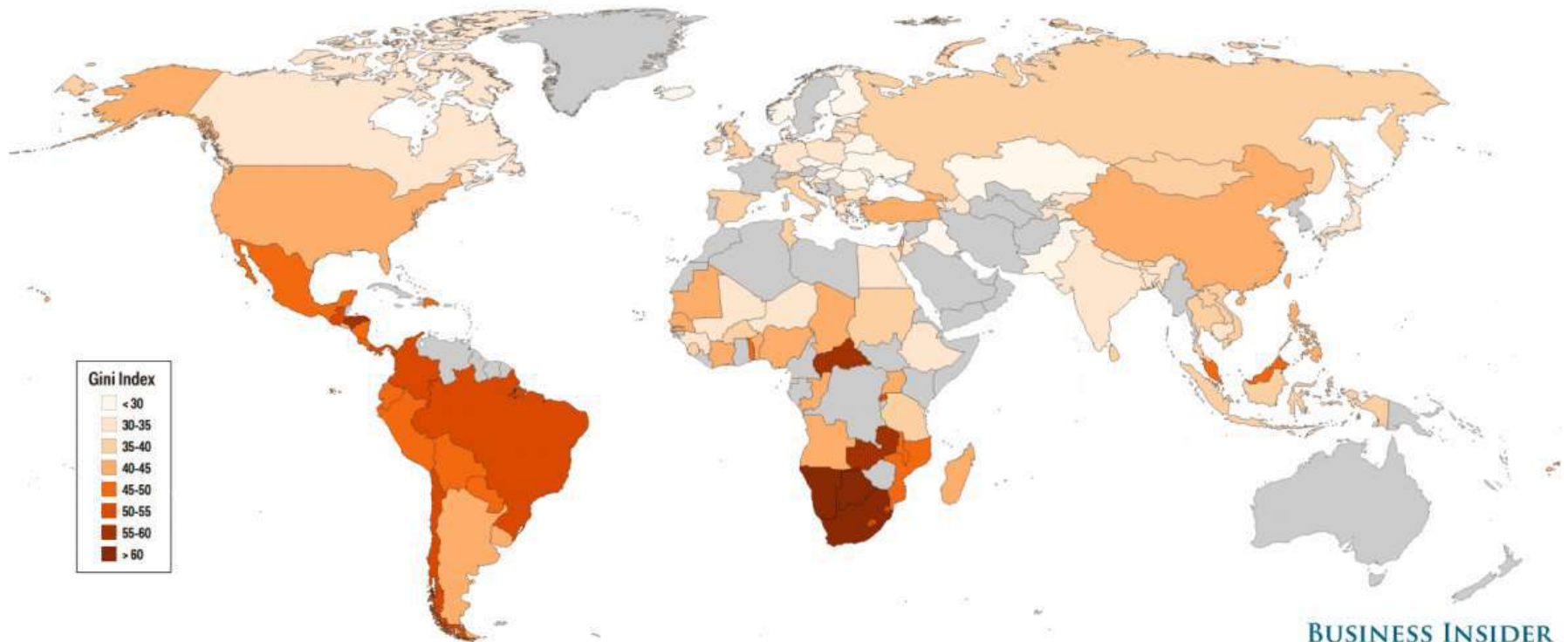
ii) Novos postulados Teoria Tributação Ótima.

**I) PQ DISTRIBUIR ? Razões econômicas e  
razões políticas**



**IGUALDADE** é dar às pessoas as mesmas oportunidades.  
**EQUIDADE** é adaptar as oportunidades deixando-as justas.

**No mundo, o Brasil permanece entre os 10 países mais desiguais do mundo, perdendo somente para África do Sul, Namíbia, Botswana, Zâmbia, Honduras, República Africana Central, Lesoto e Colômbia.**



# **REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA: CRESCIMENTO ECONÔMICO COM JUSTIÇA SOCIAL.**

**DIANTE DESTE QUADRO,**

**QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS PROPOSTAS P/ STB ?**

**LIVRO 1: DIAGNÓSTICO E PREMISAS**

**<http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2018/05/REFORMA-TRIBUTARIA-SOLIDARIA.pdf>**

**Como este livro tem 804 páginas ,, cada especialistas escreveu sobre um tributo e correlatos publicou-se um livro síntese:**

**LIVRO 2 – SINTESE E PROPOSTAS**

**[http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Livro-2\\_COMPLETO-FINAL-SITE\\_REV\\_1.pdf](http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Livro-2_COMPLETO-FINAL-SITE_REV_1.pdf)**



**IHU – INSTITUTO HUMANITAS**  
**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS**

**3.2 O ESTADO E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Estado e Gastos Públicos:**

**i) Argumentos FAVORÁVEIS E  
CONTRÁRIOS austeridade**

## 3.2 Estado e Gastos Públicos.

### i) **Auteridade. Quais argumentos?**

Excessos passados – de gastos sociais, de aumento de salário mínimo, de intervencionismo estatal, etc. – estão cobrando os sacrifícios atuais e, por isso, seria necessária a aplicação de um ajuste nas contas do setor público que teria efeitos positivos sobre o crescimento econômico ao melhorar a confiança dos agentes na economia.

**ii) Acreditam que há um incentivo por parte dos empresários em investir quando o governo reduz sua participação na economia, mostra compromisso em pagar a dívida que possui e controla seu resultado fiscal. Esse investimento do setor privado estaria atrelado a um maior crescimento econômico e a uma redução das desigualdades sociais.**

## 3.2 Estado e Gastos Públicos

### i) Austeridade. Quais argumentos?

Entretanto, a austeridade se sustenta em argumentos frágeis e em estudos controversos e, ao contrário do que se advoga, essa política reduz o crescimento e aumenta a desigualdade social. Há uma crescente literatura sobre os efeitos negativos das políticas de austeridade, não apenas por parte de economistas heterodoxos mas também dentro do próprio *mainstream* tem crescido a crítica às políticas de austeridade devido **NEGATIVOS** ao seus efeitos sobre crescimento e efeitos **NEGATIVOS** sobre **DESIGUALDADE**.

## 3.2 Estado e Gastos Públicos

### i) Austeridade. Quais argumentos?

Há uma crescente literatura sobre os efeitos negativos das políticas de austeridade, não apenas por parte de economistas heterodoxos mas também dentro do próprio *mainstream* tem crescido a crítica às políticas de austeridade devido **NEGATIVOS** ao seus efeitos sobre crescimento e efeitos **NEGATIVOS** sobre **DESIGUALDADE**:

Javadev e Konczal (2010): questiona resultados Alesina e Ardagna (2010):

Experiências de austeridade após 2008, levaram autores que **indim** esta visão a **REVISAR** seus trabalhos e **RELATIVIZAR** os argumentos em prol da austeridade.

## 3.2 Estado e Gastos Públicos

### i) Austeridade. Quais argumentos?

Há uma crescente literatura sobre os efeitos negativos das políticas de austeridade, não apenas por parte de economistas heterodoxos mas também dentro do próprio *mainstream* tem crescido a crítica às políticas de austeridade devido **NEGATIVOS** ao seus efeitos sobre crescimento e efeitos **NEGATIVOS** sobre **DESIGUALDADE**:

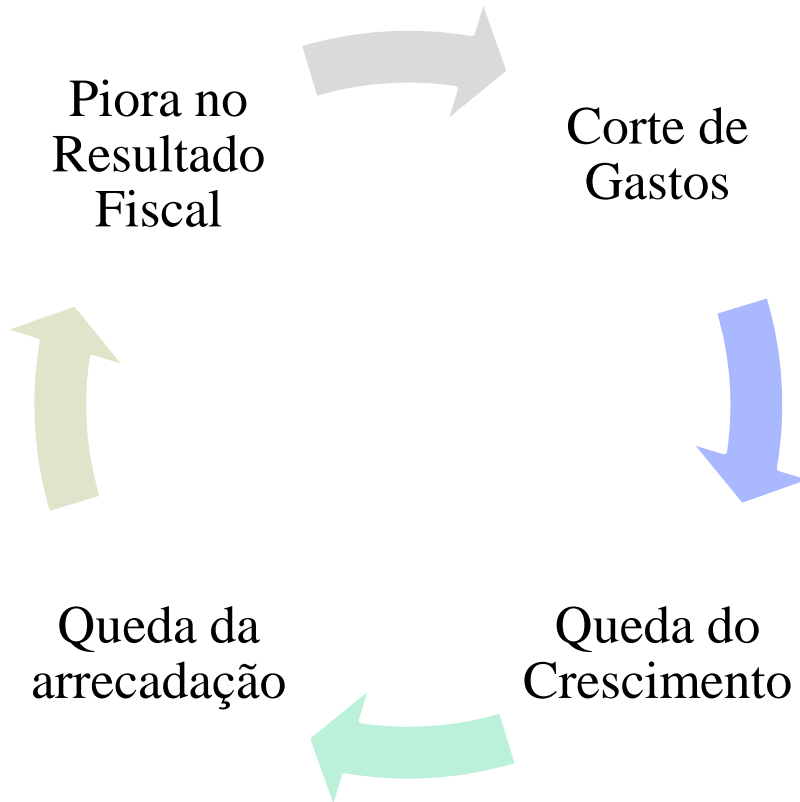
Javadev e Konczal (2010): questiona Alesina e Ardagna (2010):

Perotti (2013): experiências de austeridade após 2008, levaram autores que defendiam esta visão a **REVISAR** seus trab.e **RELATIVIZAR** argumentos em prol da austeridade. (Perotti, 2013)

FMI (2010): reviu sua posição. Mais detalhes ver Fiebiger and Lavoie(2017)

# Estado e Gastos Públicos

## Ciclo vicioso da austeridade



- **Esgotamento da ideia do aumento do Investimento Privado apenas via ajuste fiscal**
- **Necessário expectativa de lucro e de demanda com aumento da renda disponível e estabilidade do nível de emprego.**

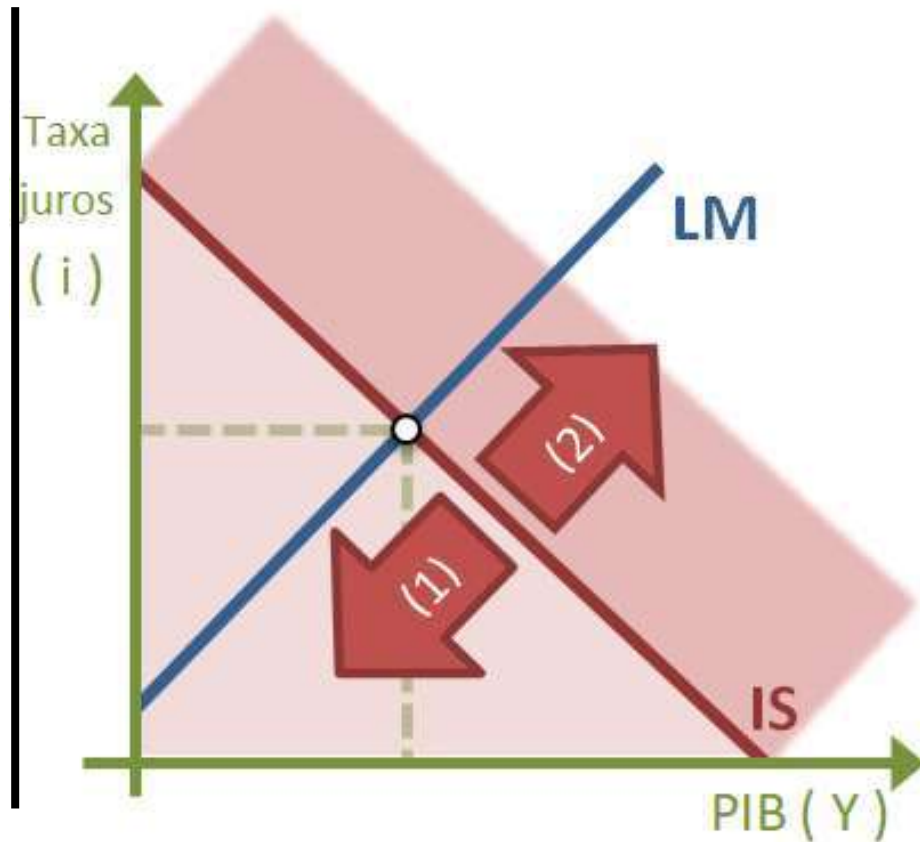
# Argumento pró-austeridade: Contração Fiscal Expansionista – Blanchard (2007)

- Setor Público X Setor Privado: disputam recursos (Poupança)
- $\downarrow G \rightarrow (1) \downarrow Y, \downarrow i$  e  $\uparrow \text{Expect.} \rightarrow (2) \uparrow C$  e  $\uparrow I_{\text{privado}} \rightarrow \uparrow Y$
- Mudança na composição de  $Y$ :  $\downarrow G$ ,  $\uparrow I_{\text{privado}}$  e  $\uparrow C$
- Ponto da discórdia:

$\Delta(I_{\text{privado}} + C) > \Delta(G + I_g)$ :  $IS'$  vai para (2)

$\Delta(I_{\text{privado}} + C) < \Delta(G + I_g)$ :  $IS'$  vai para (1)

## Esquema IS-LM



**IHU – INSTITUTO HUMANITAS**  
**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS**

# **Estado e Gastos Públicos:**

**A EC N°95/2016 E SEUS EFEITOS**



# Efeitos da Emenda Constitucional 95

– Dweck *et al.* (2018)

- Nenhum país do mundo estabeleceu regra tal como a brasileira.
- Considera-se que o **Novo Regime Fiscal** na **forma de uma EC** só tem sentido se o objetivo foi o de **desvincular receitas** à Saúde e Educação.
- Gasto federal mínimo congelado no patamar 2017, decrescente em termos *per capita* e %PIB → piso deslizante.

# Efeitos da Emenda Constitucional 95

– Dweck *et al.* (2018)

- Nenhum país do mundo estabeleceu regra tal como a brasileira.
- Considera-se que o **Novo Regime Fiscal** na **forma de uma EC** só tem sentido se o objetivo foi o de **desvincular receitas** à Saúde e Educação.
- Gasto federal mínimo congelado no patamar 2017, decrescente em termos *per capita* e %PIB → piso deslizante.

# Efeitos da Emenda Constitucional 95/2016 –

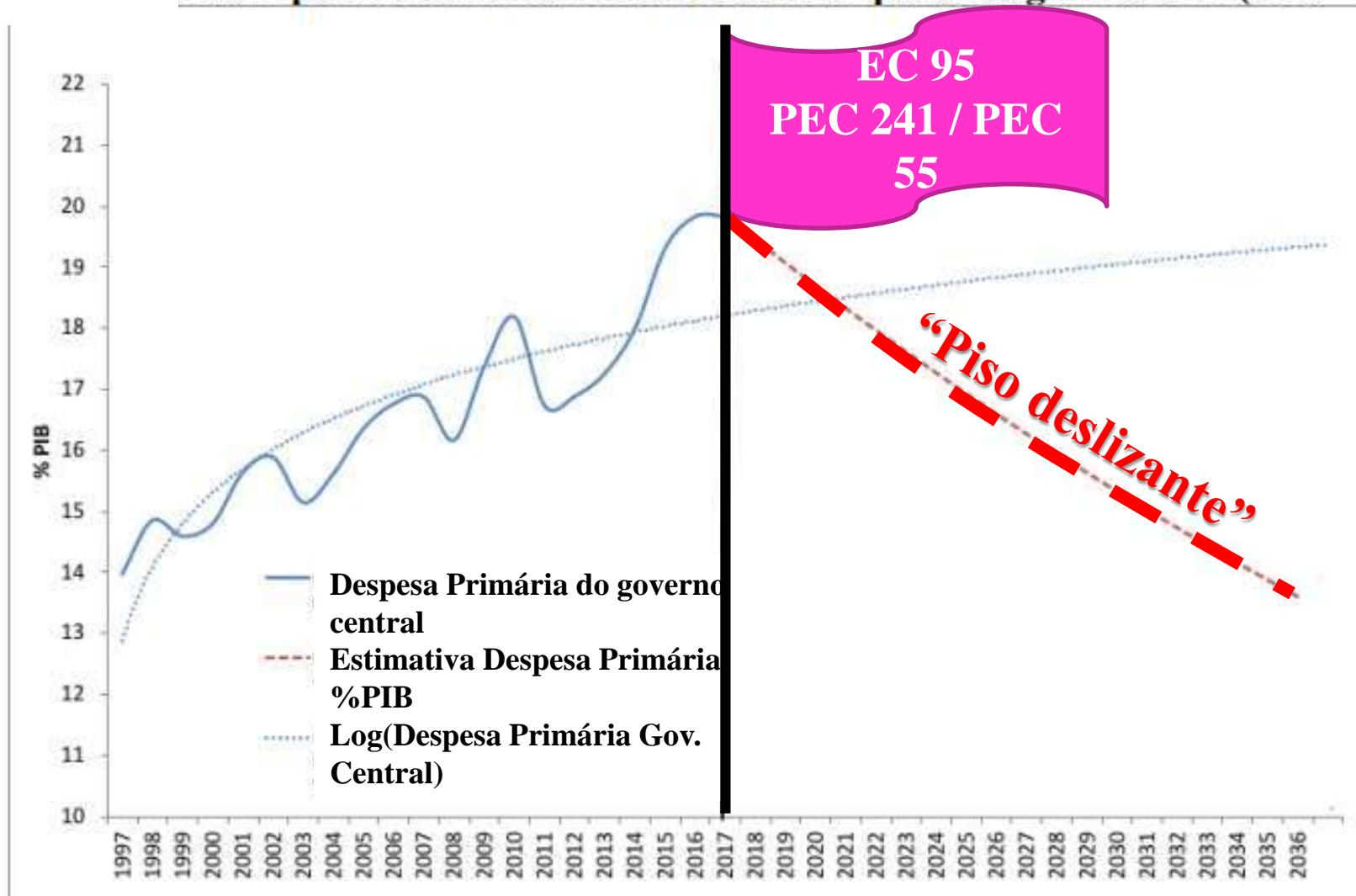
- 1997 a 2017: 20 anos, o **gasto primário do governo central, cresceu de 14% para 19% do PIB. (aumento do GASTO SOCIAL).**
- Esse crescimento reflete a regulamentação dos **direitos sociais** conforme foi **pactuado na CF88.**
  
- Sob a vigência da EC95, EM 2037:  
Considerando uma taxa média de crescimento do PIB de 2% ao ano, **espera-se que o gasto primário do governo federal retorne para a casa de 14% do PIB. RETROCEDER 20 ANOS !!** de consolidação dos direitos sociais.
- Em 2037: + 30 MILHÕES de brasileiros

Fonte: Dweck *et al.* (2018)

# Efeitos da Emenda Constitucional 95

– Dweck *et al.* (2018)

Gasto primário do Governo Federal em porcentagem do PIB (1997 – 2037)



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração própria.

# Efeitos da Emenda Constitucional 95/2016

- Nesse sentido, a EC95:
- **Drástica redução da participação do Estado na economia;**
- **Outro projeto de país, outro pacto social**, que **reduz** recursos públicos para garantia dos direitos sociais, como saúde, educação, previdência e assistência social

## + 2 efeitos que devem ser destacados:

1. ao constitucionalizar a austeridade no Brasil, a **EC95 agrega uma força contracionista à política fiscal**, uma vez que o gasto primário vai crescer menos do que o PIB sempre que esse último for positivo.
2. a **EC95 tende a aumentar a desigualdade no Brasil**, uma vez que, o gasto social, em particular o gasto público com saúde e educação são importantes instrumentos de redução da desigualdade no país.

# 5. GASTO PÚBLICO E CICLOS ECONÔMICOS (Orair, Siqueira e Gobetty, 2016)

## POLITICA FISCAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO: um debate permanente

**Crise da década de 2010 em vários países:**

- reascendeu o debate sobre a eficácia de políticas fiscais anticíclicas;
- Nos anos 1980 e 1990 a visão Keynesiana de  $G \rightarrow$  DEMANDA AGREGADA e retomada do crescimento econômico foi questionada / entrou em crise.
- **E HOJE ?**

# 5. GASTO PÚBLICO E CICLOS ECONÔMICOS (Orair, Siqueira e Gobetty, 2016)

- **Qual a interação entre política fiscal e ciclos econômicos?**
- **Dados Brasil: 2002 a 2016.**
- **Estimativas de multiplicadores do gasto (K) a partir de um modelo econométrico : para identificar como o multiplicador variou ao longo do ciclo econômico**

# 5. GASTO PÚBLICO E CICLOS ECONÔMICOS : ( Orair, Siqueira e Gobetty, 2016)

- **Resultados para o Brasil:**
  - Na depressão o efeito multiplicador do G ( em especial Investimentos, benefícios sociais e Gastos com pessoal ) **é MAIOR do que em “tempos normais”**.**
  - Na Expansão econômica: respostas do PIB aos impulsos fiscais (G) são insignificantes ou muito baixos -> em média, multiplicador do G é MENOR 1.**



# 5. GASTO PÚBLICO E CICLOS ECONÔMICOS : ( Orair, Siqueira e Gobetty, 2016)

- Resultados para o Brasil:
- Concessão de Subsídios Fiscais: **o multiplicador NÃO É SIGNIFICATIVO** em qualquer posição do ciclo econômico ( expansão, depressão..)



- Ajuda a explicar o **insucesso desta política fiscal** p/obter crescimento econômico a partir de 2011, quando este tipo de estímulo cresceu significativamente **, via desonerações fiscais .... em substituição aos Investimentos públicos ( 2016, p.4)**

# 5. GASTO PÚBLICO E CICLOS ECONÔMICOS : ( Orair, Siqueira e Gobetty, 2016)

## ■ Resultados para o Brasil:

“Embora os resultados devam ser interpretados com cautela e mereçam ser revisitados a partir de estimativas para períodos mais longos, são insumos importantes para o design de políticas fiscais anticíclicas e propostas de ajuste fiscal adequadas à realidade brasileira ”.(p.5)

## **Mitos são assim:**

**Alguém cria, outros repetem e os demais acreditam e passam adiante. E quanto mais a narrativa é ouvida sem reflexão, mais o mito se torna incontestável e se torna verdade.**

**IHU – INSTITUTO HUMANITAS**  
**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS**

**2-ESTADO: QUAL SUA FUNÇÃO ?**

**ALTERAÇÕES RECENTES**

**DE 2000 ATE 2017: 55 países REESTATIZARAM;**

**O QUÊ : 884 SERVIÇOS (saneamento, energia, coleta de lixo, etc..)**

**QUAIS PAÍSES: Alemanha, França, Eua lideram a lista..**

*Fonte: Transnational Institute (TNI), Centro de estudos em Democracia e Sustentabilidade com sede na Holanda.*

**IHU – INSTITUTO HUMANITAS**  
**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS**

**4. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## 4. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

1. Vamos supor que o OBJETIVO dos defensores do CORTE de G (EC nº95/2016, reforma da prev que DESTROI o estado de bem estar de CF/1988) seja de fato o EQUILIBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS:

Se isso for verdade, o EQUILÍBRIO , se obtém alterando TAMBÉM a RECEITA PÚBLICA :

A) REFORMA TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA:  
apenas alteração IRPF:

PROPOSTA ->>>>>>>>>

# Tabela mensal IRPF - Brasil a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015

Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IRPF (R\$)
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,8
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,8
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

**Fonte: Brasil. Receita Federal (2017)**

**Nota :**

**Quem teve que Declaração de IR, em 2016 (ano base 2015)?**

- i) Rendimentos tributáveis maiores do que R\$ 28.123,91 em 2015 com algumas Exceções: a) quem obteve de bens ou direitos, de valor superior a R\$ 300 mil.; b) “quem obteve, em qualquer mês de 2015, ganho de capital na alienação de bens ou direitos entre outros.**

# REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA – IRPF

## Proposta de Tabela do IRPF

Faixa de Salário Mín. Mensal	Alíquota (%)	Lim. Inferior Salário Mín. (R\$)	Lim. Superior Salário Mín. (R\$)	Parcela a Deduzir
Até 4	0%	-	37.824,00	-
Mais de 4 a 7	7,5%	37.824,00	66.192,00	2.836,80
Mais de 7 a 10	15%	66.192,00	94.560,00	7.801,20
Mais de 10 a 15	22,5%	94.560,00	141.840,00	14.893,20
Mais de 15 a 40	27,5%	141.840,00	378.240,00	21.985,20
Mais de 40 a 60	35%	378.240,00	567.360,00	50.353,20
Mais de 60	40%	567.360,00	-	78.721,20



# REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA

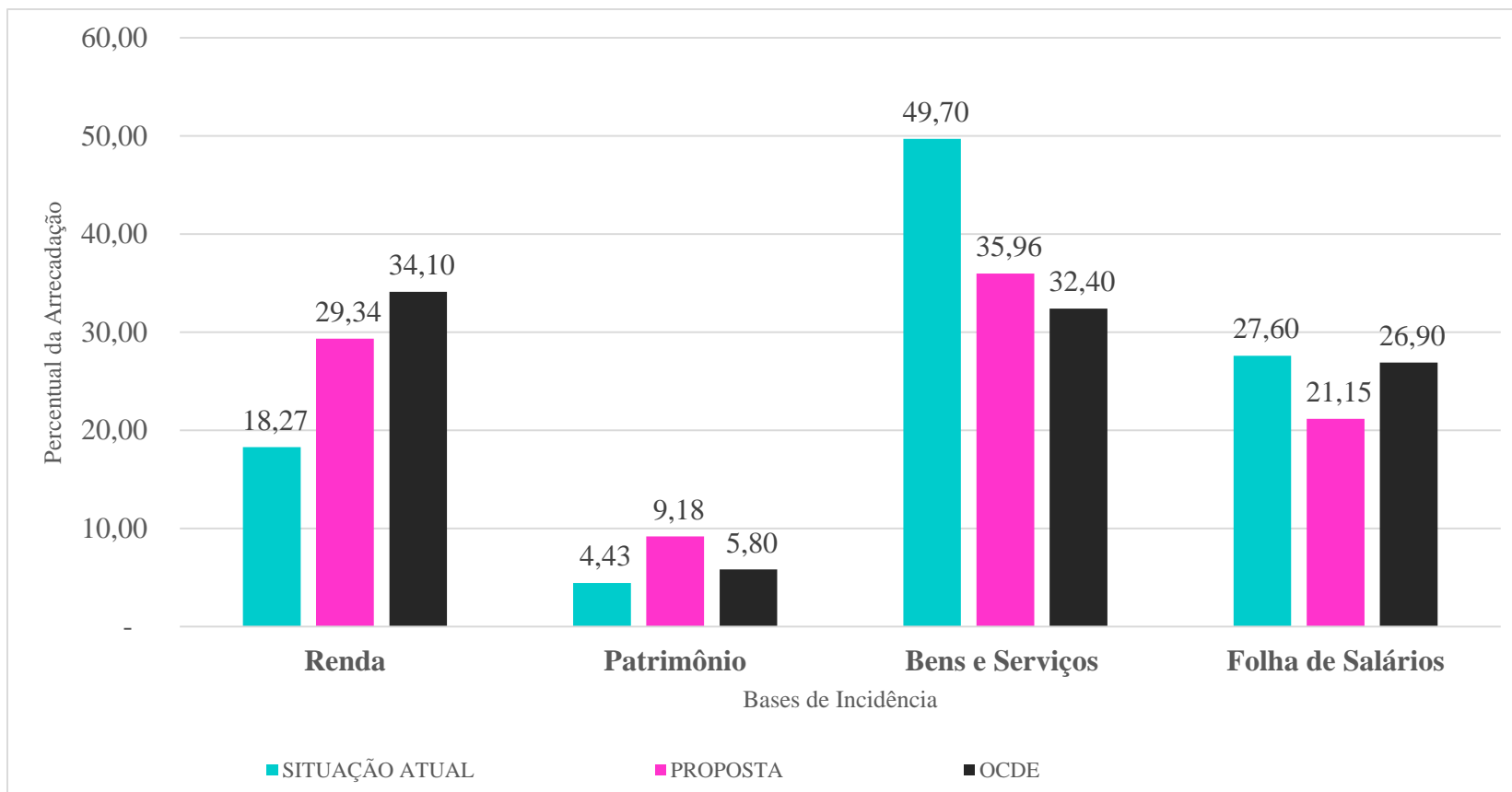
## Proposta de Tabela do IRPF

Faixa de Salário Mín. Mensal	Lim. Inferior Salário Mín. (R\$)	Alíquota (%)	Diferença Arrecadação	Diferença Arrecadação sobre Trabalho	Diferença Arrecadação sobre Capital	Imposto Devido Total
Até 1/2	0	0%	-0	-0	0	0
Mais de 1/2 a 1	4.728	0%	-0	-0	0	0
Mais de 1 a 2	9.456	0%	-1	-1	0	0
Mais de 2 a 3	18.912	0%	-3	-3	0	0
Mais de 3 a 4	28.368	0%	-425	-425	0	0
Mais de 4 a 5	37.824	7,50%	-1.439	-1.439	0	0
Mais de 5 a 7	47.280	7,50%	-2.124	-2.593	469	3.450
Mais de 7 a 10	66.192	15,00%	-4.006	-5.340	1.334	8.246
Mais de 10 a 15	94.560	22,50%	-3.346	-7.341	3.995	19.901
Mais de 15 a 20	141.840	27,50%	615	-4.264	4.879	20.524
Mais de 20 a 30	189.120	27,50%	7.439	-2.692	10.131	36.352
Mais de 30 a 40	283.680	27,50%	8.574	-440	9.014	27.746
Mais de 40 a 60	378.240	35,00%	14.958	1.065	13.893	35.564
Mais de 60 a 80	567.360	40,00%	12.333	1.812	10.522	21.902
Mais de 80 a 160	756.480	40,00%	27.914	4.304	23.609	40.240
Mais de 160 a 240	1.512.960	40,00%	14.061	1.896	12.165	18.294
Mais de 240 a 320	2.269.440	40,00%	9.045	1.217	7.828	11.530
Mais de 320	3.025.920	40,00%	78.536	10.620	67.916	97.483
			<b>162.131</b>	<b>-3.623</b>	165.754	341.234

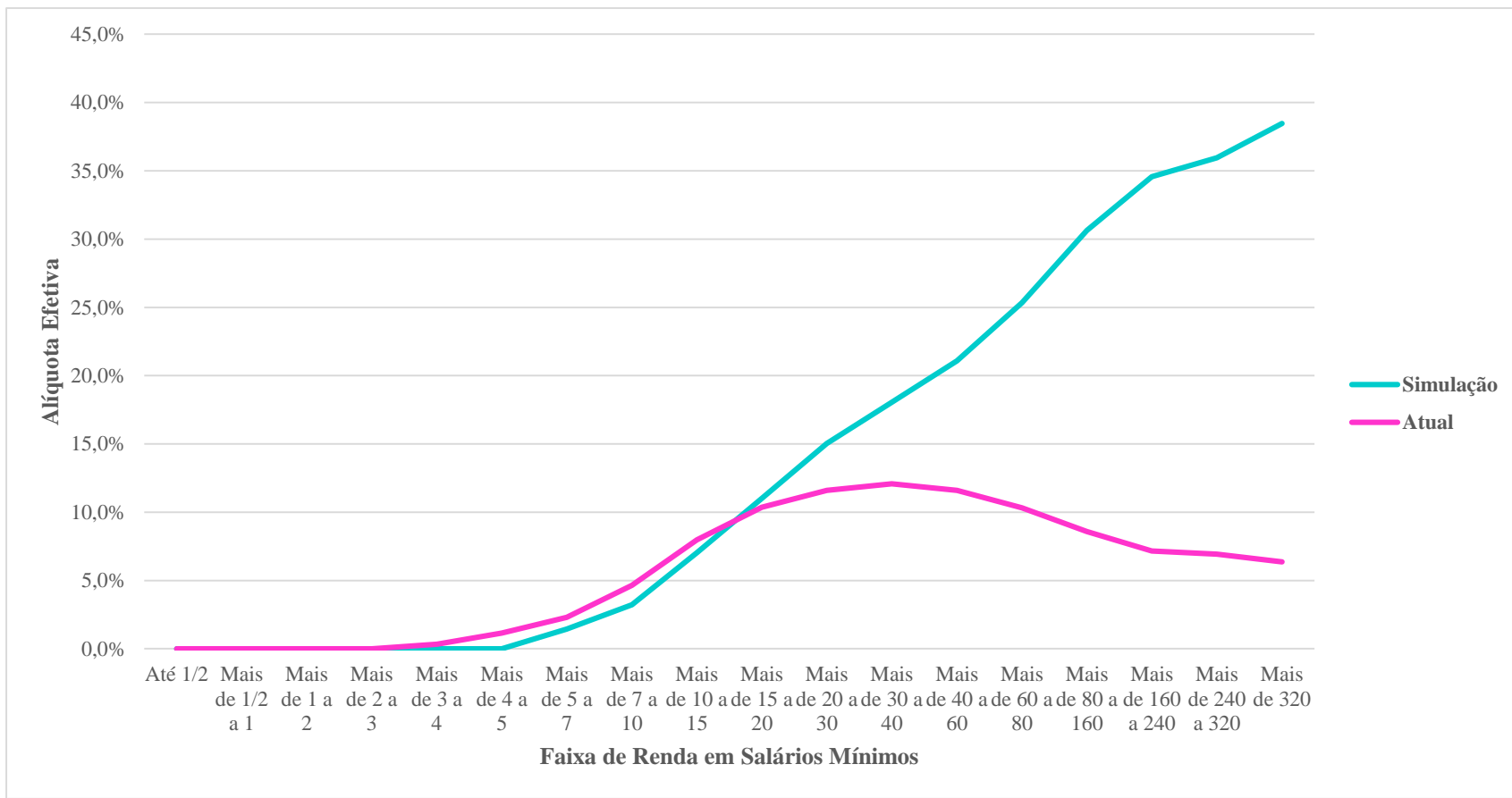
# RESUMO DAS PROPOSTAS – REDISTRIBUIÇÃO DAS CARGAS

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL		PROPOSTA		OCDE
	R\$	% PIB	R\$	% PIB	% PIB
Renda	352.305,41	5,97	614.349,47	10,41	11,50
Patrimônio	85.696,86	1,45	171.634,79	2,91	1,90
Consumo	957.923,80	16,23	747.369,68	12,66	10,90
Outros	532.256,79	9,02	516.393,09	9,01	9,70
<b>TOTAL</b>	1.928.182,86	32,66	2.049.747,02	34,98	34,00

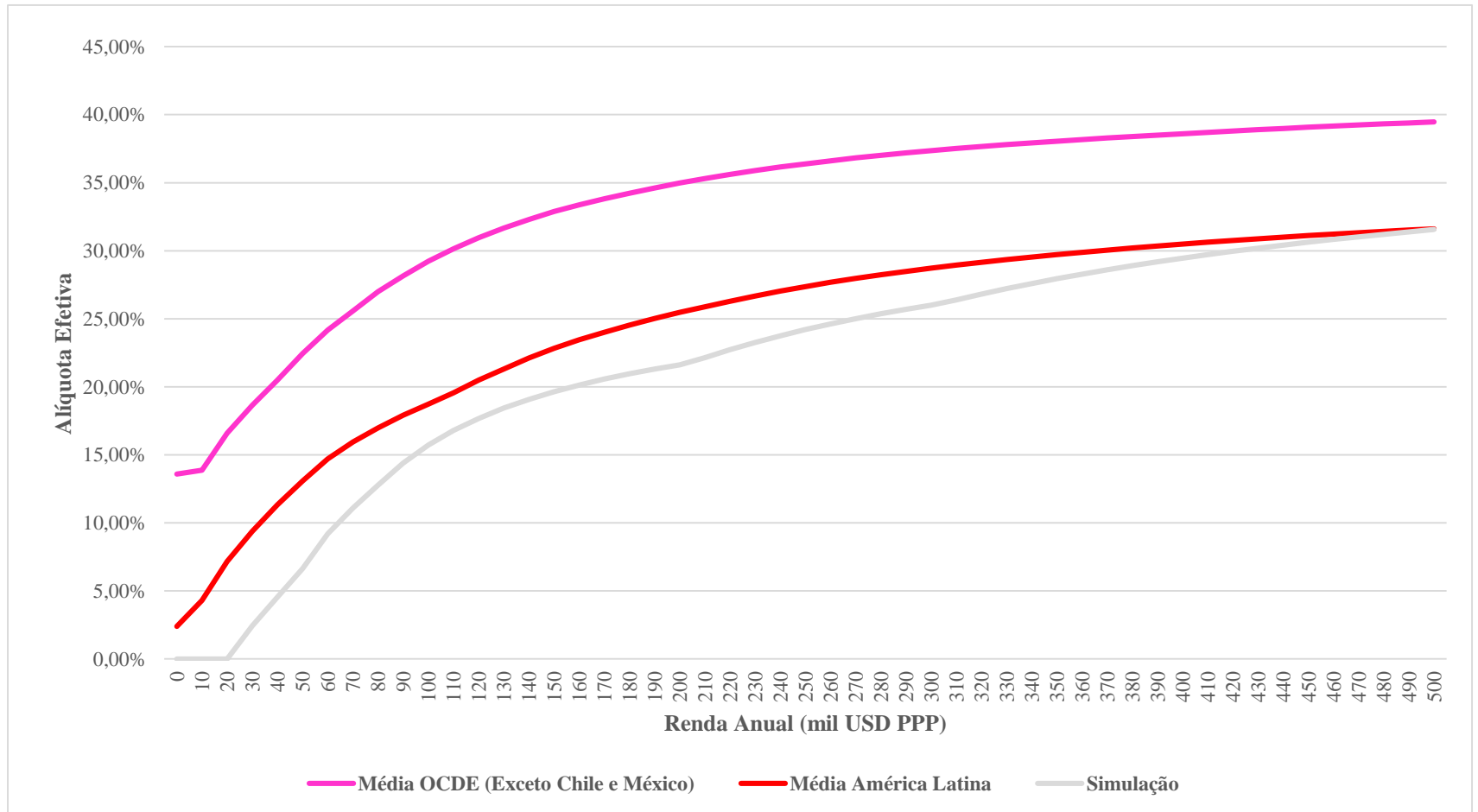
# RESUMO DAS PROPOSTAS – REDISTRIBUIÇÃO DAS CARGAS



# REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA



# RTS – ALÍQUOTAS EFETIVAS



## 4. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

Considerando cinco simulações do IRPF podemos estimar um acréscimo:

- i) de **R\$29,00 a R\$48,00 bilhões** às receitas dos Estados e Distrito Federal e
- ii) de **R\$30,00 a R\$50,00 bilhões** às receitas dos municípios – PACTO FEDERATIVO.

Além de ampliar a **ARRECADADAÇÃO**, esta proposta de alteração do IRPF->

**\*REDUZ INDICE DE GINI->DESENV. ECONÔMICO;**

**\*IMPORTÂNCIA ECONÔMICA?**

**\*IMPORTÂNCIA POLÍTICA?**

## 4. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

**A REFORMA TRIBUTÁRIA**  
**deve garantir a financiamento**  
**da seguridade social (saúde,**  
**Assistência e Previdência) usada**  
**em situação**  
**de FRAGILIDADE HUMANA:**  
**(infância, doença e e velhice);**

## 4. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

### O OBJETIVO É EQUILIBRAR AS CONTAS PÚBLICAS????

B) RENÚNCIAS FISCAIS em 2018: R\$300 bi  
(15% da arrecadação total de 2018: 2,1 trilhões)

(União: R\$ 280 bi + Estados/mun:  $\approx$  20 bi (estim))

C) SONEGAÇÃO em 2018: R\$ 600bi (estim. *Orgãos Auditores receita federal*). (30% da arrecadação total de 2018: 2,1 trilhões)

TOTAL(B+C) : R\$ 900 bi/:(45% arrec,total/2018:R\$2,1 tri)

BOLSA EMPRESÁRIO: 900 bi 45% da arrec.total 2018.

BOLSA FAMILIA: 25 bi/ano: 1,2% da arrec total 2018



# 4. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

## O OBJETIVO É EQUILIBRAR AS CONTAS PÚBLICAS????

ENTÃO, POR QUE ??????????

### PROPOSTA DE ALÍQUOTA ÚNICA DE IRPF ATUAL GOVERNO: consequências

- i) **AUMENTO DA DESIGUALDADE;**
  
- i) **QUEDA DE 27 BILHOES\* DE ARRECADAÇÃO -**  
**>queda FPM e FPE**

**FEDERALIMSO \_ acirramento ?**

**\*FONTE: (Gobety, FL SP, 2018)**

## 4. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

1. Agenda é de MÉDIO E LONGO PRAZO: é preciso formar, convencer a base social (classe trabalhadora e micro, pequena e médias empresas sobre a importância econômica e política da Reforma Tributária Progressiva; e função do G social
2. Agenda que desmistifique os MITOS vigentes sobre TRIBUTAÇÃO NO BRASIL.
3. E sobre GASTOS PÚBLICOS: dona de casa e ESTADO SÃO INCOMPARÁVEIS.

## 4. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

I) O Brasil: **10º maior** economia do mundo ( tamanho da riqueza)

**paradoxalmente,**

**10ª** posição entre os países c/ **pior desigualdade de renda**  
(UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME— UNDP (2016)).

## 4.REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

### DESIGUALDADE

- **6 mais ricos = Riqueza de 100 milhões mais pobres**
- **5% mais rico = Riqueza igual aos 95% mais pobres**
- **Brasil: um dos 10 países mais desiguais do planeta**

(Relatório da Oxfam - 2017)

**Acesse o livro da:**  
**Reforma Tributária Solidária: crescimento econômico com  
justiça social**

**Acesse o livro no link:**

<http://plataformapoliticasocial.com.br/a-reforma-tributaria-necessaria/>

Conheça a **síntese** desse trabalho acessando fazendo o Download.

<http://reformatributariasolidaria.com.br/carta-reforma-solidaria/>

**“É tecnicamente possível que o Brasil tenha sistema tributário mais justo e alinhado com a experiência dos países mais igualitários, preservando o equilíbrio federativo e o Estado Social inaugurado pela Constituição de 1988”.**

Conclusão : + 40 especialistas reunidos por + de um ano, após terem concluído **um amplo diagnóstico** sobre a quase totalidade dos problemas crônicos da tributação brasileira.

## Referências Bibliográficas

- CASTRO, Fábio Ávila. Imposto de Renda da Pessoa Física: comparações internacionais, medidas de progressividade e redistribuição. **Dissertação de mestrado em economia**, UNB, Brasília, 2014.
- INSTITUTO JUSTICA FISCAL. **Simulação para uma Reforma Tributária Solidária**, setembro de 2018.
- CHIEZA, Rosa Angela; MILÃO, Joana Veck; FRANCHESCINI, Rejane; SANTOS, Dão. **Uma proposta à Regressividade do Imposto de Renda da Pessoa Física no Brasil-DIRF 2015**. Artigo apresentado na SEP- Sociedade de Economia Política, Niterói, RJ, 2018. Disponível em: <[http://sep.org.br/trabalhos\\_aprovados/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%203/36.pdf](http://sep.org.br/trabalhos_aprovados/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%203/36.pdf)>.
- FAGNANI, Eduardo. Reforma Tributária Solidária**. ANFIP, Brasília, junho de 2018. Disponível em: <<http://plataformapoliticasocial.com.br>>
- GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. **Progressividade tributária**: a agenda negligenciada. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. (Texto para Discussão, 2190). Disponível em: <<https://www.econstor.eu/handle/10419/144626>>.
- GOBETTI, S, W e ORAIR, R,O. Tributação e Desigualdade no Brasil: uma análise a partir da DIRF. IN: ( Aafonso, et al), Tributação e Desigualdade. Belo Hrioznte, Letramento, casa do Direito, FGV Direito Rio, 2017.
- SALVADOR, E. **Perfil da Desigualdade e da Injustiça Tributária com Base nos Declarantes do Imposto de Renda no Brasil de 2007 a 2013**. Brasília: INESC, 2016. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/publicacoes/livros/2016/perfil-da-desigualdade-e-da-injustica-tributaria>>. Acessoem: 19 out. 2017.

# Referências:

INESC. Vamos falar de Justiça Fiscal. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=36&v=4SA3MlxccPw](https://www.youtube.com/watch?time_continue=36&v=4SA3MlxccPw)

O que é a simplificação tributária e qual a dificuldade de realizá-la no Brasil. José Roberto Castro. Nexo Jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/06/O-que-%C3%A9-a-simplifica%C3%A7%C3%A3o-tribut%C3%A1ria-e-qual-a-dificuldade-de-realiz%C3%A1-la-no-Brasil>

Como é composta a carga tributária de diferentes países. Rodolfo Almeida e Daniel Mariani. 13 Jun 2016. Nexo Jornal. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/06/13/Como-%C3%A9-composta-a-carga-tribut%C3%A1ria-de-diferentes-pa%C3%ADses>

O que se sabe sobre a reforma tributária que Temer começa a desenhar. José Roberto Castro. 04 Ago 2017. Nexo Jornal. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/04/O-que-se-sabe-sobre-a-reforma-tribut%C3%A1ria-que-Temer-come%C3%A7a-a-desenhar>

Impostos: aumentar, reduzir ou reformar todo um sistema? José Roberto Castro. 22 Jan 2016 (atualizado 21/Jul 21h31). Nexo Jornal. Disponível

em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/01/22/Impostos-aumentar-reduzir-ou-reformar-todo-um-sistema>

MARTON, Ronaldo Lindimar José. Os tributos e a política tributária em uma sociedade democrática. Âmbito Jurídico, 2017. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10520](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10520)

A reforma tributária e o último suspiro da proteção social. Eduardo Fagnani. Carta Capital — publicado 11/10/2017. . Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/973/a-reforma-tributaria-e-o-ultimo-suspiro-da-protecao-social>

# Carga Tributária Brasil

- ✓ **Alguns comparativos da carga tributária nacional em comparação com outros países:**
- ✓ <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/06/13/Como-%C3%A9-composta-a-carga-tribut%C3%A1ria-de-diferentes-pa%C3%ADses>
- ✓ <http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/graficos-carga-tributaria-no-brasil-e-em-outros-paises-da-ocde-e-america-latina.html>
- ✓ <http://economia.estadao.com.br/blogs/nos-eixos/as-injusticas-tributarias-do-brasil-em-5-graficos/>



**IHU – INSTITUTO HUMANITAS**  
**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS**

**São Leopoldo, 14/03/2019**

**Muito Obrigada!**

**[rosa.chieza@ufrgs.br](mailto:rosa.chieza@ufrgs.br)**

**REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA: CRESCIMENTO  
ECONÔMICO COM JUSTIÇA SOCIAL.**

**ANEXO I**

**PROPOSTAS PARA UMA REFORMA  
TRIBUTÁRIA NO BRASIL**

## **REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA: CRESCIMENTO ECONÔMICO COM JUSTIÇA SOCIAL.**

### **PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA O IRPF**

- **ELEVAR A PARTICIPAÇÃO DOS TRIBUTOS DIRETOS**  
– relevância da tributação da renda (TEORIA DE TRIB EQUITATIVA).
- **DESAFIOS:**
  - **Como ampliar a progressividade e garantir o financiamento dos Estados subnacionais?**
  - **Como ampliar a progressividade e garantir o financiamento da seguridade social ?**

# REGRESSIVIDADE DO IR E A CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA

## **PROBLEMA CENTRAL: Lei de 1996.**

- **Isenção dos Lucros e Dividendos (Brasil e Estônia)**
- **Juros Sobre o Capital Próprio**

## **OUTROS PROBLEMAS:**

- **Planejamento Tributários abusivos;**
- **Paraísos fiscais;**
- **Benefícios fiscais;**
- **Mecanismos legais e jurídicos de facilitação da evasão;**

# RESUMO DAS PROPOSTAS p/ REFORMA TRIBUTÁRIA

## **Tributação Direta:**

- 1- Ampliar participação tributação sobre a patrimônio e renda na CT- (isonomia de tratamento entre as rendas do capital e do trabalho);**
- 2.Implementar a progressividade efetiva na tributação da renda e do patrimônio;**

## **Outros:**

- 3.Reduzir a participação da tributação sobre o consumo;**
- 4. Reduzir e condicionar a concessão de benefícios fiscais;**
- 5.Diversificar fontes de financiamento seguridade social;**
- 6.Criar ou adaptar tributos para finalidade de promover a sustentabilidade ambiental**
- 7. Aperfeiçoar e fortalecer a Administração Tributária (sonegação..)**
- 8. Criar mecanismos para restringir o uso dos paraísos fiscais**
- 9..Resgatar o papel da tributação aduaneira como instrumento de política de desenvolvimento (I.E. sobre exportações de commodities);**

# CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS

## **REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA (RTS):**

1) A RTSolidaria: desafios

NÃO ACIRRAMENTO DO PACTO FEDERATIVO (uma vez que Estados vivem de Imposto Regressivo: ICMS

- **A elevação da participação da tributação sobre a renda sobre a arrecadação total representa uma elevação das parcelas destinadas às repartições aos Estados e Distrito Federal, através do FPE, e aos Municípios, através do FPM.**
- **Portanto, considerando as cinco simulações, somente em relação ao IRPF podemos estimar um acréscimo de **R\$29,00 a R\$48,00 bilhões** às receitas dos Estados e Distrito Federal e de **R\$30,00 a R\$50,00 bilhões** às receitas dos municípios.**

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS

### REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA (RTS):

#### Desafios

**2) Fim da guerra fiscal:** perda de 500 bi reais/ano de Receita pública, forma de concessão **SEM** **CONDICIONALIDADE E TRANSPARÊNCIA** p/ medirmos resultados desta política .

**3) A RTS deve garantir a financiamento da seguridade social (saúde, Assistência e Previdência) usada em situação de FRAGILIDADE HUMANA: (infância, doença e e velhice);**

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS

**ÊXITO DA REFORMA TRIBUTÁRIA depende:**

**União dando GARANTIA de que na TRANSIÇÃO  
ESTADOS E MUNICÍPIOS NÃO PERCAM  
ARRECADAÇÃO.**



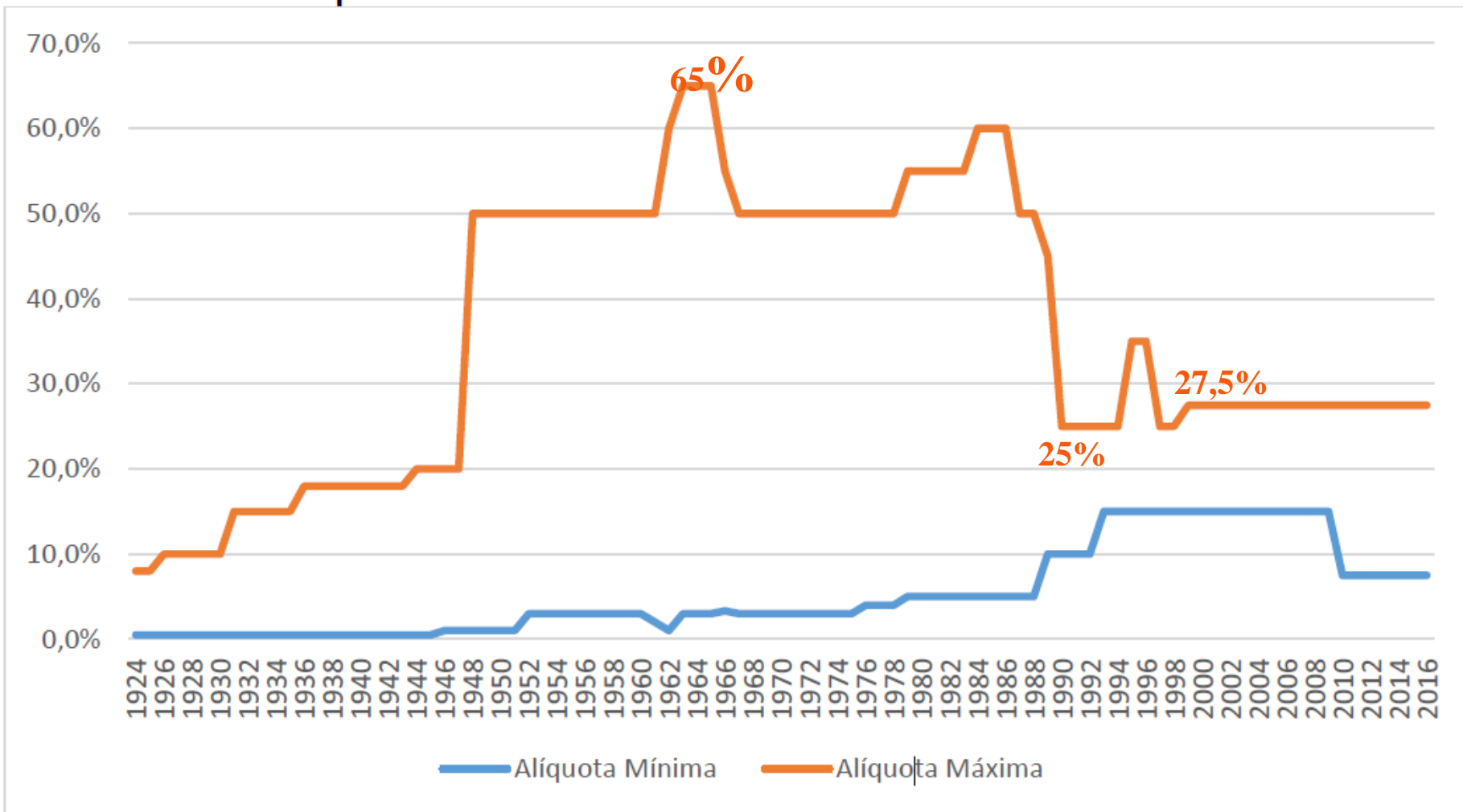
# REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA: CRESCIMENTO ECONÔMICO COM JUSTIÇA SOCIAL

Esse estudo demonstra que é tecnicamente possível que o Brasil tenha um sistema tributário mais justo e alinhado com a experiência dos países mais igualitários, preservando o equilíbrio federativo e as fontes de financiamento do Estado Social inaugurado pela CF/1988.

E politicamente ?

# Histórico do IRPF no Brasil

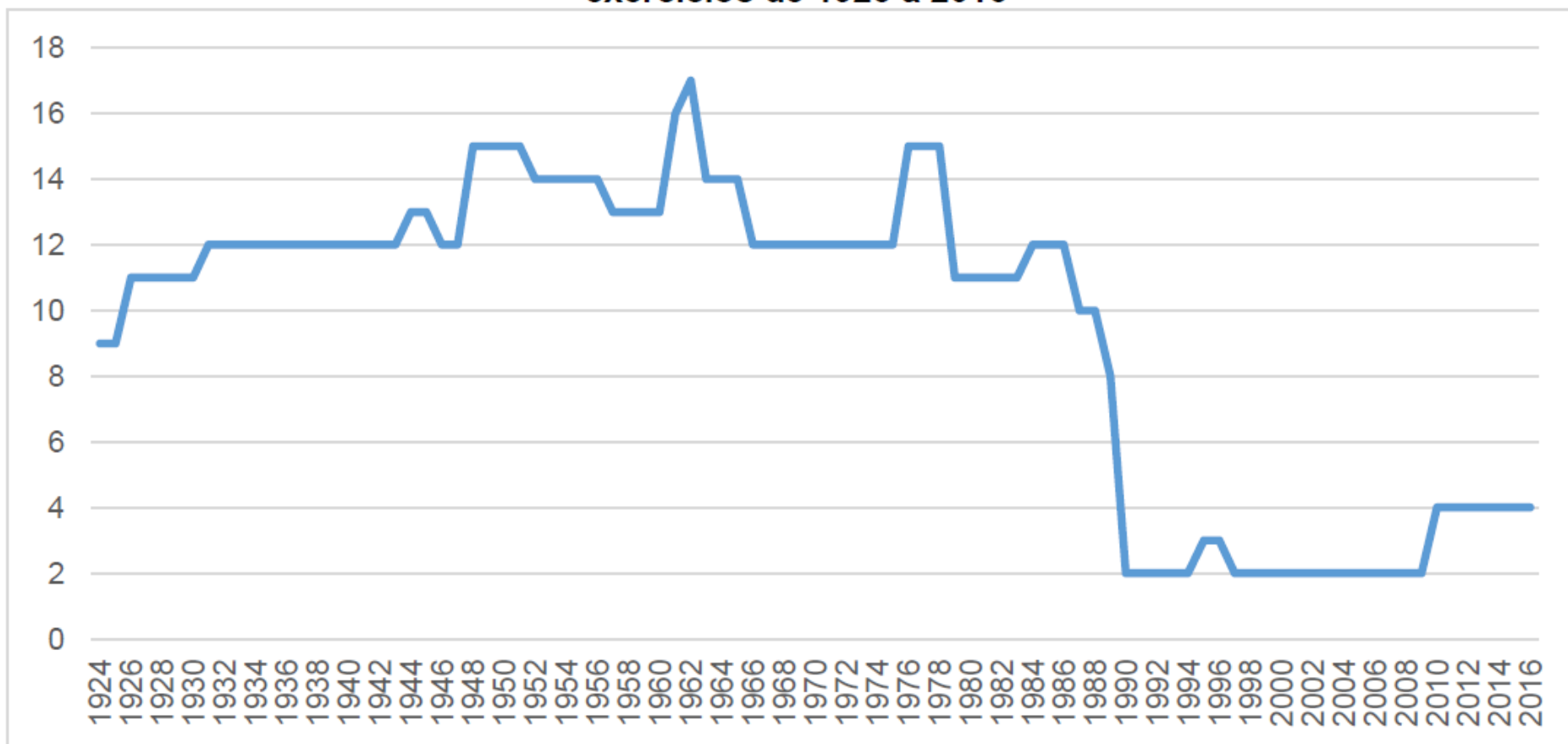
Gráfico 1 - Alíquotas máximas e mínimas do IRPF no Brasil – exercícios de 1924 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2016b).

# Histórico do IRPF no Brasil

**Gráfico 2 - Número de alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física no Brasil - exercícios de 1925 a 2016**



Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2016b)<sup>9</sup>.

**IHU – INSTITUTO HUMANITAS**  
**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS**

## **Anexo II**

**Estado e Gastos Públicos: Gov.  
Dilma.**

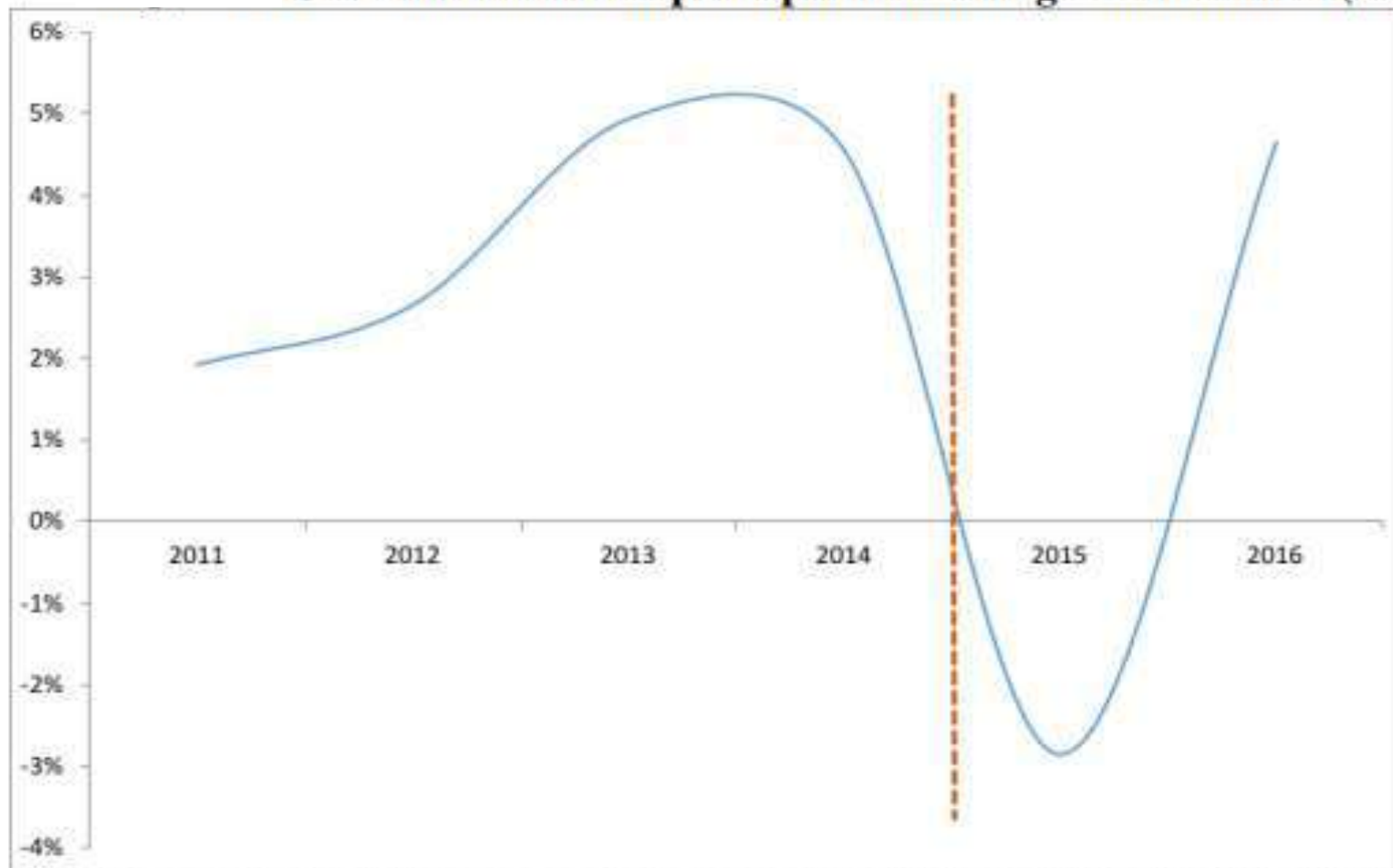
# Crescimento no Brasil pós-austeridade – Dweck *et al.* (2018)

- No início de 2015, diante da desaceleração econômica, o **governo Dilma** optou por **medidas de austeridade** que representaram um **choque recessivo** na economia brasileira:
  - um **choque fiscal** (com a queda das despesas públicas) ;
  - um **choque de preços** administrados (em especial combustíveis e energia);
  - um **choque cambial** (com desvalorização de 50% da moeda brasileira em relação ao dólar ao longo de 2015) ;
  - um **choque monetário**, com o aumento das taxas de juros para operações de crédito.
- Em relação ao choque fiscal, o gasto primário do governo central caiu 2,9% em 2015 depois de anos consecutivos de crescimento positivo.

# Crescimento no Brasil pós-austeridade

– Dweck *et al.* (2018)

**Crescimento das despesas primárias do governo central (%)**



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração própria a partir da metodologia de Gobetti e Orair (2017)

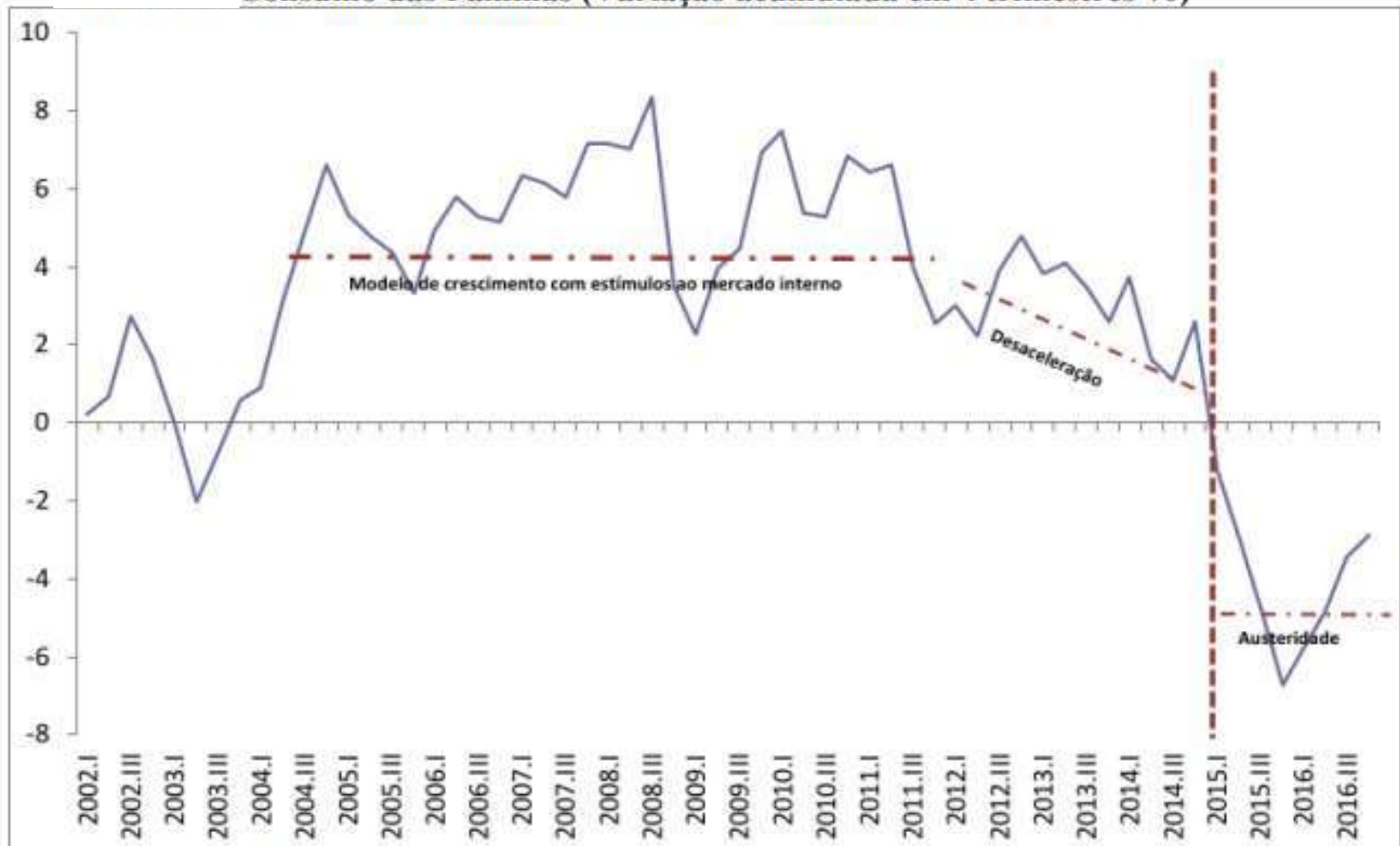
# Crescimento no Brasil pós-austeridade – Dweck *et al.* (2018)

- **O choque fiscal** foi determinante para uma mudança profunda no mercado de trabalho, com **rápido aumento da taxa de desocupação**, e para a forte **contração do consumo das famílias**;
- Entre 2004 e 2010 o consumo das famílias cresceu em média 5,3% ao ano. Já no primeiro governo Dilma, essa variável cresce em média 3,5%, mas em claro movimento de desaceleração. No primeiro trimestre de 2015 há uma quebra estrutural no comportamento do consumo das famílias, encerrando um longo ciclo de crescimento no qual essa variável e o mercado interno assumiram um papel de destaque

# Crescimento no Brasil pós-austeridade

– Dweck *et al.* (2018)

Consumo das Famílias (Variação acumulada em 4 trimestres %)



Fonte: IBGE. Elaboração própria.



# O impacto distributivo da política fiscal – Dweck *et al.* (2018)

*Tabela 1: Índice de Gini para diferentes Níveis de Renda para diferentes Regiões*

	América Latina	OCDE	União Europeia
Renda de Mercado	0,51	0,47	0,49
Renda Disponível	0,48	0,30	0,30
Renda Disponível Estendida	0,42	0,24	0,23

Fonte: CEPAL (2015)

- Na América Latina o índice de Gini passa de 0,51 para 0,48 enquanto na União Europeia passa de 0,47 para 0,30, melhora expressiva que resulta tanto de um sistema tributário extremamente progressivo, quanto de um sistema de transferências de renda muito mais significativo e importante
- Já na renda disponível estendida (que imputa valores aos serviços públicos como renda indireta), a redução da desigualdade medida pelo Gini na América Latina é mais expressiva (de 0,48 para 0,42) mais ainda está aquém da redução na União Europeia (de 0,30 para 0,23).

# O impacto distributivo da política fiscal – Dweck *et al.* (2018)

- Segundo CEPAL (2015), o Brasil é o país que mais reduz a desigualdade social por meio de transferências (pensões e outras) e gastos sociais (saúde e educação) na América Latina.
- Quando se considera também os impostos diretos e as contribuições para a seguridade social, observa-se a uma redução de 16,4 p.p. no índice de Gini, para o ano de 2011, bastante superior a média da América Latina, de 9,1 p.p.
- Contudo, essa redução da desigualdade é muito inferior à média da OCDE, de 23 p.p. e da União Europeia de 26 p.p., isso por conta dos impostos diretos que cumprem um papel muito mais relevante nos países avançados.

# O impacto distributivo da política fiscal – Dweck *et al.* (2018)

- O caso brasileiro se caracteriza por uma carga tributária extremamente regressiva, que aumenta a desigualdade social, e por um **gasto público primário extremamente progressivo**, que reduz a desigualdade social.
- A figura seguinte mostra que a carga tributária no Brasil concentra mais renda com os impostos indiretos do que distribui com impostos diretos. Além disso, os dados acusam uma **grande redução das desigualdades após as transferências de renda e, principalmente, após o gasto com saúde e educação**, que atende principalmente a parcela mais pobre da população

# Efeitos da Emenda Constitucional 95

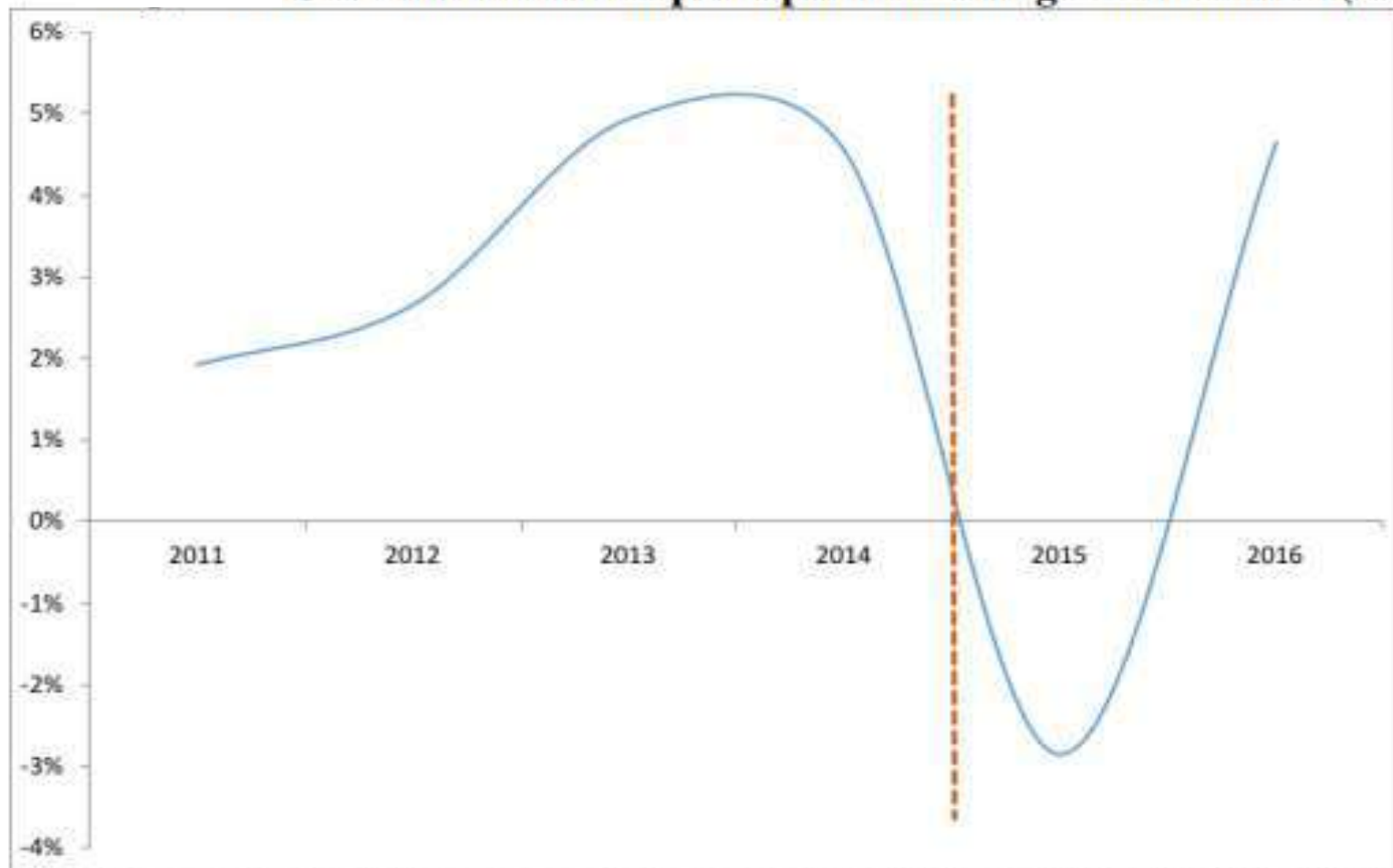
– Dweck *et al.* (2018)

- Nenhum país do mundo estabeleceu regra tal como a brasileira.
- Considera-se que o **Novo Regime Fiscal** na **forma de uma EC** só tem sentido se o objetivo foi o de **desvincular receitas** à Saúde e Educação.
- Gasto federal mínimo congelado no patamar 2017, decrescente em termos *per capita* e %PIB → piso deslizante.

# Crescimento no Brasil pós-austeridade

– Dweck *et al.* (2018)

**Crescimento das despesas primárias do governo central (%)**



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração própria a partir da metodologia de Gobetti e Orair (2017)

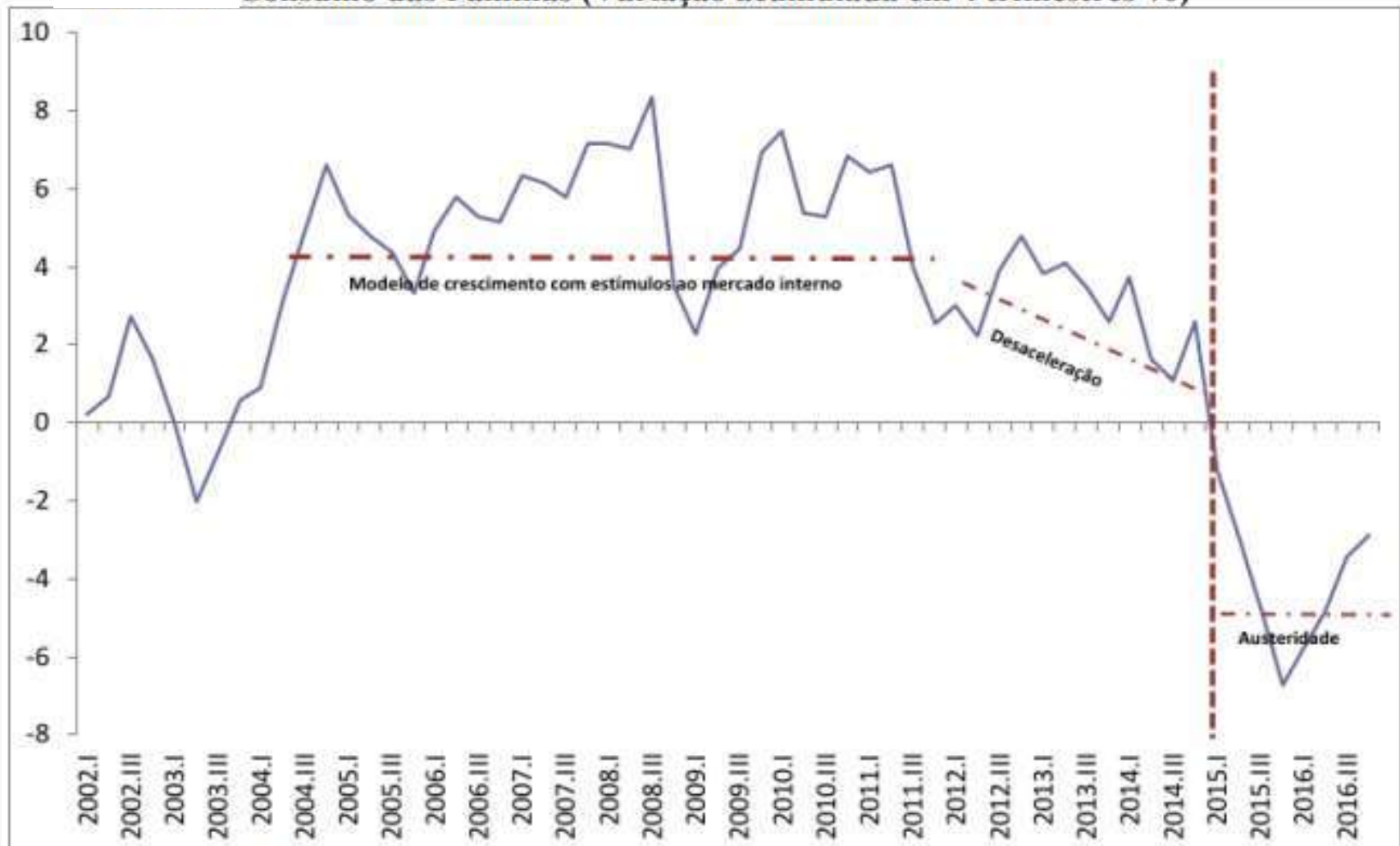
# Crescimento no Brasil pós-austeridade – Dweck *et al.* (2018)

- **O choque fiscal** foi determinante para uma mudança profunda no mercado de trabalho, com **rápido aumento da taxa de desocupação**, e para a forte **contração do consumo das famílias**;
- Entre 2004 e 2010 o consumo das famílias cresceu em média 5,3% ao ano. Já no primeiro governo Dilma, essa variável cresce em média 3,5%, mas em claro movimento de desaceleração. No primeiro trimestre de 2015 há uma quebra estrutural no comportamento do consumo das famílias, encerrando um longo ciclo de crescimento no qual essa variável e o mercado interno assumiram um papel de destaque

# Crescimento no Brasil pós-austeridade

– Dweck *et al.* (2018)

Consumo das Famílias (Variação acumulada em 4 trimestres %)



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

# Crescimento no Brasil pós-austeridade – Dweck *et al.* (2018)

- **1990 no Brasil:** gastos primários/PIB: 12%
- **2015:** 20% do PIB –(se aprox de países desenvol.)

## ■ **Por isso a EC nº 95/2016:**

volta em 20 anos para 12% do PIB ( igual aos anos 1990) !

**Em 1936 (20 ANOS ): +30 milhões de brasileiros**

**COMO TEREMOS MAIS SEGURANÇA ??**